

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2009
(comparadas com as do exercício social findo em 31.12.2008)

1. BALANÇO PATRIMONIAL
2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
6. NOTAS EXPLICATIVAS
7. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
8. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Elaboradas de acordo com:

- a) Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e alterações dos aspectos contábeis e de divulgação, não conflitantes com as disposições da referida lei em vigência;
- b) Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007;
- c) Resolução ANEEL n.º 444/2001 e 339/2002;
- d) Despacho SFF/ANEEL n.º 3.034/2006, de 21 de dezembro de 2006 e Despacho SFF/ANEEL n.º 3.073/2006, de 28 de dezembro de 2006;
- e) Despacho SFF/ANEEL n.º 4.722/2009, de 18 de dezembro de 2009;
- f) Dispositivos de caráter normativo e regulatório estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- g) Dispositivos de caráter normativo estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
- h) Dispositivos de caráter normativo estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- i) Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC;

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
ÍNDICE	2
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	4
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS.....	10
NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL	10
NOTA 02 – CONCESSÕES.....	11
NOTA 03 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	13
NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
NOTA 06 – CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS.....	19
NOTA 07 – DEVEDORES DIVERSOS.....	20
NOTA 08 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	21
NOTA 09 – ESTOQUES.....	21
NOTA 10 – ATIVOS / PASSIVOS REGULATÓRIOS.....	22
NOTA 11 – REEMBOLSO DA CCC – ISOL – LEI 12.111/09.....	23
NOTA 12 – INVESTIMENTOS	23
NOTA 13 – ATIVO IMOBILIZADO	24
NOTA 14 – INTANGÍVEL.....	27
NOTA 15 – FORNECEDORES.....	28
NOTA 16 – FOLHA DE PAGAMENTO	29
NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30
NOTA 18 – TAXAS REGULAMENTARES.....	31
NOTA 19 – TRIBUTOS A RECOLHER.....	32
NOTA 20 – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS	32
NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS.....	33
NOTA 22 – PARCELAMENTOS	33
NOTA 23 – OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	34
NOTA 24 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS / DEPÓSITOS JUDICIAIS	34
NOTA 25 – RECURSO DA CCC	36
NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
NOTA 27 – FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	40
NOTA 28 – CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RECEITA OPERACIONAL.....	40
NOTA 29 – PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (PEE)	41
NOTA 30 - ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	41
NOTA 31 – RECUPERAÇÃO DE DESPESAS – DIVERSAS	42
NOTA 32 – ALUGUÉIS	43
NOTA 33 – OUTROS CUSTOS	43
NOTA 34 – DESPESAS OPERACIONAIS	43
NOTA 35 – DESPESAS FINANCEIRAS	44
NOTA 36 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	44
NOTA 37 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS).....	45
NOTA 38 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE	46
NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	47
NOTA 40 – SEGUROS	48
NOTA 41 – CRÉDITOS FISCAIS.....	49



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTA 42 – INCORPORAÇÃO DA CEAM PELA MANAUS ENERGIA	49
NOTA 43 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES.....	49
NOTA 44 – PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	49
NOTA 45 – TARIFA SOCIAL	53
NOTA 46 – REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL 2009	53
NOTA 47 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	55
NOTA 48 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA	55
NOTA 49 – EVENTOS SUBSEQUENTES	55
ASSINATURAS DE VALIDAÇÃO DA DIRETORIA	57



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	NOTAS	2009	2008 (Ajustado) (Nota 26-d)
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.643	73.726
Consumidores e concessionárias	6.a	548.161	442.121
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	6.b	(279.831)	(219.261)
Devedores diversos	7	29.629	39.493
Tributos compensáveis	8	11.053	5.481
Estoques	9	107.407	67.577
Ativos regulatórios	10	313.684	222.933
Reembolso da CCC - ISOL - Lei 12.111/09	11	311.037	-
Despesas pagas antecipadamente		860	1.529
Outros créditos		477	10.587
		1.068.120	644.186
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>			
Coligadas, controladas e controladora	47.a	223	513
Tributos compensáveis	8	1.290.521	1.162.523
Depósitos judiciais	24.a	32.150	4.491
Devedores diversos	7	4.357	8.888
Ativos regulatórios	10	38.961	-
Outros créditos		9.070	-
		1.375.282	1.176.415
INVESTIMENTOS	12	7.670	7.670
IMOBILIZADO	13.a	1.958.739	1.817.916
INTANGÍVEL	14	14.243	6.507
		3.355.934	3.008.508
TOTAL DO ATIVO		4.424.054	3.652.694



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

continuação

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	2009	2008 (Ajustado) (Nota 26 - d)
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	15	914.714	392.176
Folha de pagamento	16	7.275	3.946
Encargos de dívidas	17. a	-	873
Empréstimos e financiamentos	17. a	92.300	228.125
Taxas regulamentares	18	1.489	7.690
Tributos a recolher	19	59.676	42.829
Obrigações estimadas	21	15.907	18.930
Passivos regulatórios	10	91.309	12.516
Parcelamentos	22	68.449	63.904
Outras contas a pagar	23	20.832	41.155
		1.271.951	812.144
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	17. a	271.034	1.039.142
Provisões para contingências	24.a	96.194	123.495
Recurso da CCC	25. c	435.548	804.189
Tributos a recolher	19 e 20	-	8.095
Parcelamentos	22	149.304	199.481
Outras contas a pagar	23	20.232	-
		972.312	2.174.402
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL</u>			
Patrimônio Líquido			
Capital Social	26. a	2.381.558	2.381.558
Prejuízos Acumulados	26. b	(1.775.564)	(1.715.410)
		605.994	666.148
Recursos destinados a aumento de capital	26. c	1.573.797	-
		2.179.791	666.148
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.424.054	3.652.694

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	NOTAS	2009	2008 (Ajustado) (Nota 26 - d)
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	27	654.109	743.267
Suprimento de energia elétrica	27	600.702	435.581
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	27	218.729	181.001
Subvenção CCC	25	576.537	-
Outras receitas operacionais		83.680	10.812
		2.133.757	1.370.661
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
ICMS	27	(290.902)	(287.421)
PIS/PASEP	28	(33.593)	(831)
COFINS	28	(151.106)	(3.668)
Quota para reserva global de reversão - RGR		(33.233)	(30.305)
Quota para conta de consumo de combustível - CCC		(24.275)	(47.046)
Encargos do consumidor - P&D e PEE	29	(10.851)	(9.902)
		(543.960)	(379.173)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.589.797	991.488
CUSTO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	30	(453.681)	(502.745)
Custo de operação			
Pessoal		(131.423)	(128.648)
Material		(26.290)	(18.361)
Serviços de terceiros		(95.340)	(43.494)
Combustível p/ produção de energia elétrica		(1.691.501)	(1.495.178)
Recuperação de despesas - compra comb. CCC		1.296.362	1.191.968
Recuperação de despesas - diversas	31	132.259	743.654
Depreciação e amortização		(101.808)	(91.898)
Aluguéis	32	(121.277)	(43.760)
Consumo próprio de energia elétrica		(27.720)	(22.736)
Seguros		(3.810)	(3.457)
Outros custos	33	(16.176)	(4.292)
		(786.724)	83.798
		(1.240.405)	(418.947)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		349.392	572.541
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	34.a	(113.050)	(77.485)
Despesas gerais e administrativas	34.b	(187.934)	(176.911)
Outras receitas (despesas) operacionais	34.c	6.072	(10.951)
		(294.912)	(265.347)
RESULTADO DO SERVIÇO		54.480	307.194
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Acréscimos moratórios s/ energia vendida		25.420	16.814
Variação monetária ativa		7.248	12.940
Variação monetária passiva	35	(7)	(41.598)
Encargos de dívidas	35	(159.218)	(100.075)
Atualização monetária		(12.916)	(66.051)
Outras	36	23.826	15.412
		(115.647)	(162.558)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	37	1.013	(28.207)
RESULTADO OPERACIONAL		(60.154)	116.429
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES CONTRIB SOC. E IR		(60.154)	116.429
Provisão para contribuição social		-	(1.431)
Provisão para imposto de renda		-	(3.975)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(60.154)	111.023
Quantidade de ações (em milhares)		1.750.589	1.750.589
Lucro (prejuízo) por ação (em milhares de ações)		(0,03)	0,06

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

	CAPITAL INTEGRALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2007	2.381.558	(1.826.433)	555.125	-	555.125
Lucro do exercício, originalmente apresentado	-	198.845	198.845	-	198.845
Ajustes identificados em 2009, relacionados a 2008 (Nota 26 - d)	-	(87.822)	(87.822)	-	(87.822)
Lucro líquido do exercício, ajustado	-	111.023	111.023		111.023
Saldos em 31 de dezembro de 2008, ajustado	2.381.558	(1.715.410)	666.148	-	666.148
Prejuízo do exercício	-	(60.154)	(60.154)	-	(60.154)
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	1.573.797	1.573.797
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.381.558	(1.775.564)	605.994	1.573.797	2.179.791

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

	2009	2008 (Ajustado) (Nota 26-d)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(60.154)	116.429
Ajustes p/ reconciliar o lucro (prejuízo) com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação e amortização	114.471	105.893
Variações monetárias / cambiais líquidas	(4.932)	41.537
Encargos financeiros	154.215	95.367
Baixas do imobilizado	2.780	2.300
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	67.357	72.030
Provisões (reversões) para contingências	(27.885)	(9.739)
Provisões para perdas em estoque	5.600	-
Provisão para impostos diferidos	-	(5.406)
Subvenção CCC	(536.537)	-
Prov. para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	-	28.269
	(285.085)	446.680
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e concessionárias	(106.040)	(97.943)
Estoques	(45.430)	(43.500)
Despesas pagas antecipadamente	670	(593)
Ativos regulatórios	(90.751)	(222.784)
Devedores diversos	9.864	(18.214)
Tributos compensáveis	(5.572)	2.982
Provisão para devedores duvidosos	(6.787)	272
Reembolso da CCC - ISOL - Lei 12.111/09	(311.037)	-
Outros créditos	10.110	(8.253)
	(544.973)	(388.033)
Variações no Ativo Não Circulante		
Tributos compensáveis	(127.998)	(584.178)
Coligadas, controladas e controladora	290	2.182
Devedores diversos	4.531	(2.368)
Ativos regulatórios	(38.961)	-
Outros créditos	(9.070)	-
	(171.208)	(584.364)
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	522.538	11.909
Folha de pagamento	3.328	774
Tributos a recolher	16.847	13.744
Taxas regulamentares	(6.201)	2.799
Obrigações estimadas	(3.023)	11.785
Passivos regulatórios	78.793	(36.931)
Parcelamentos	4.545	63.904
Outras obrigações	(20.323)	9.464
	596.504	77.448
Variações no Passivo Não Circulante		
Recurso da CCC	167.896	163.136
Obrigações vinculadas a concessão	39.186	199.785
Tributos a recolher	(8.095)	8.095
Provisões para contingências	584	59.531
Parcelamentos	(50.177)	199.481
Outras contas	20.232	-
	169.626	630.028
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Pagamento de encargos financeiros	(23.172)	(45.365)
Depósitos judiciais	(27.659)	11.026
	(50.831)	(34.339)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(285.967)	147.420
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de investimento	-	(6.263)
Aquisição de ativo imobilizado	(295.359)	(584.853)
Aquisição de ativo intangível	(9.637)	(1.170)
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(304.996)	(592.286)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dos Acionistas		
Recursos destinados a aumento de capital	212.500	-
De Terceiros		
Empréstimos e financiamentos obtidos	333.034	684.311
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(2.654)	(804.055)
Empréstimos recebidos em transferência	-	618.823
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	542.880	499.079
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(48.083)	54.213
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	73.726	19.513
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	25.643	73.726
VARIAÇÃO NO CAIXA	(48.083)	54.213

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	2009	2008 (Ajustado) (Nota 26-d)
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.135.800	1.371.650
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	2.133.757	1.370.661
Outras Receitas	2.043	989
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.022.686)	(289.333)
Custo da energia elétrica comprada	(453.681)	(502.745)
Serviços de terceiros	(184.456)	(120.559)
Material	(32.135)	(22.054)
Combustíveis p/produção de energia elétrica	(395.139)	(303.210)
Outros	43.755	688.431
Outras Despesas	(1.030)	(29.196)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.113.114	1.082.317
RETENÇÕES	(159.543)	(168.184)
Quotas de reintegração	(114.471)	(105.893)
Constituição de provisões	(45.072)	(62.291)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	953.571	914.133
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	213.980	59.899
Receitas financeiras	213.980	59.899
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.167.551	974.032
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	177.236	169.656
Governos (Impostos e contribuições)	526.696	337.113
Contribuições Sociais INSS e FGTS	51.095	39.787
ICMS	290.902	287.421
COFINS e PIS/PASEP	184.699	4.499
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	5.406
Financiadores	455.414	268.987
Encargos de dívidas, variação monetária e outros	329.627	222.457
Aluguéis	125.787	46.530
Outras (encargos setoriais)	68.359	87.253
Subtotal	1.227.705	863.009
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(60.154)	111.023
TOTAL	1.167.551	974.032

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS,
EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

Pela Deliberação nº. 300/2009 de 23 de março de 2009, foi proposta a mudança de razão social da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de abril de 2009, e devidamente protocolada na JUCEA/AM no dia 12 de maio de 2009, foi aprovada a alteração do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, a qual antes era denominada Manaus Energia S/A, passando, doravante, a chamar-se Amazonas Distribuidora de Energia S/A – (“Amazonas Energia” ou “Companhia”).

A Amazonas Distribuidora de Energia S/A é uma empresa de capital fechado, de direito privado, com atuação no Estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

O Governo Federal, por meio do Decreto n.º 1.481, de 03 de maio de 1995, alterado pelo Decreto n.º 1.503, de 25 de maio de 1995 e Decreto 2.653, de junho de 1998, incluiu a Manaus Energia S/A. no Programa Nacional de Desestatização – PND. A Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, excluiu a ELETROBRAS e suas controladas do PND. A Amazonas Energia S/A permanece no programa. Entretanto, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados aprovou a manutenção como estatal da concessionária federalizada de distribuição de energia. A medida está prevista no Projeto de Lei nº. 3.192/08. A proposta ainda será analisada, de forma conclusiva, pela Comissão de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Amazonas Energia tem geração própria (1.579,10 MW) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia dos produtores independentes: Breitener Tambaqui S/A (162,5 MW), Breitener Jaraqui S/A (162,5 MW), Companhia Energética Manauara (85,38 MW), Rio Amazonas Energia S/A (85,38 MW) e Geradora de Energia do Amazonas S/A (85,38 MW). Com a incorporação da Companhia Energética do Amazonas - CEAM pela Amazonas Energia o parque gerador da companhia foi acrescido por 97 usinas térmicas isoladas próprias e mais três usinas supridas por terceiros. A Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE supre o município de Guajará. O município de Itacoatiara, apesar de possuir parque térmico próprio, completa sua necessidade comprando energia da Hermosa Navegação da Amazônia S.A. (Autoprodutor) e BK Energia Itacoatiara Ltda (Produtor Independente). Esse complexo é composto, quase todo, por usinas térmicas a diesel.

A Amazonas Energia com o intuito de manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da ANEEL, mantém contrato com as empresas Oliveira Energia e Serviços Ltda e Powertech Comercial Ltda, alocando 93 grupos geradores operantes em 51 localidades de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral. Em junho de 2009, também foi firmado contrato com a empresa Aggreko Brasil Energia Ltda, objetivando o aluguel de grupos geradores de energia elétrica na potência contratada de 40,00 MW, instalados na Usina Termelétrica de Flores – UTE Flores, pelo prazo de 270 (duzentos e setenta) dias calendário, contados a partir do dia 03 de junho de 2009, data da assinatura do contrato.

Em 28 de março de 2008, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Companhia Energética do Amazonas – CEAM, nos termos do artigo 227 da Lei nº. 6.404/76, conforme já previamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº. 1.304, de 18 de março de 2008, devendo a Amazonas Energia suceder todos os direitos e obrigações da empresa incorporada.

Em 28 de maio de 2008, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, a transferência total do controle acionário da Amazonas Energia para a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS.

NOTA 02 – CONCESSÕES

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao órgão regulador do serviço público de energia elétrica:

Concessões Autorizações		Ato autorizativo	Vencimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada (MW) (*)
UHE Balbina (Rio Uatumã)		Portaria do MME n.º 371, datada de 28.12.2007, prorroga por vinte anos a concessão, a partir de 1.º de março de 2007	01.03.2027	250,0	250,0
UTE Aparecida	Bloco 1	Resolução Autorizativa n.º 1.206-ANEEL, de 15.01.2008. Autoriza a Manaus Energia a ampliar a UTEs Aparecida e Mauá com a incorporação das plantas A, B, D e W da El Paso.	07.07.2015	130,4	92,0
	Bloco 2			121,0	80,0
UTE Mauá	Bloco 1	Despacho n.º 4.312, ANEEL, de 20.10.2009. Autorizando a Manaus Energia alterar a capacidade instalada da Usina de Mauá	07.07.2015	214,9	136,0
	Bloco 2			50,4	40,0
	Bloco 3			120,0	110,0
	Bloco 4			166,3	157,5
Reagrupamento com 61 municípios para distribuir Energia Elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio.		Resolução ANEEL n.º 048, de 02.02.2001, art. 22 da Lei 9.074, de 07.07.1995. Portaria n.º 35, de 20.02.2001 MME. Res. Autorizativa ANEEL n.º 1.304, de 18.03.2008, em seu art. 1.º anui à incorporação da CEAM pela MESA, com transferência das concessões de geração e distribuição e versão dos ativos e passivos.	07.07.2015	393,0	298,0
Distribuição Município de Manaus		Resolução ANEEL n.º 283, de 26.07.2000, e Resolução ANEEL n.º 53, de 08.02.2001, Contrato de Concessão n.º 20/2001 ANEEL, de 21.03.2001, e o seu 1.º Termo Aditivo de 17.10.2005, Portaria n.º 34 MME, de 20.02.2001, art. 22, § 2º da Lei n.º 9.074, de 07.07.95.	07.07.2015	-	-
UTE FLORES		Despacho ANEEL n.º 3.209, de 25.08.2009, autoriza a Manaus Energia a alterar a capacidade instalada da UTE Flores	07.07.2015	95,4	78,6
UTE Cidade Nova		Resolução ANEEL n.º 1.424, de 17.06.2008, autoriza a Manaus Energia a explorar as UTE's Flores, Cidade Nova e São José.	07.07.2015	17,6	11,2
UTE São José		Resolução ANEEL n.º 1.424, de 17.06.2008, autoriza a Manaus Energia a explorar as UTE's Flores, Cidade Nova e São José.	07.07.2015	41,6	32,0
Total				1.600,6	1.285,3

(*) Não auditadas

A Amazonas Energia detém a concessão, válida até 07 de julho de 2015, para distribuição de energia elétrica para o Estado do Amazonas, atendendo a 100% dos consumidores da sua área de concessão. A Companhia não atende consumidores livres no Estado, por atuar num sistema isolado.

No quadro a seguir, está demonstrado o resumo da quantidade de municípios atendidos, bem como as datas de vigência do contrato de concessão:

Nº de Municípios Atendidos	Localidade da Sede	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
01 - Município de Manaus/Amazonas	Manaus	21.03.2001	07.07.2015
61 - municípios reagrupados para distribuição de energia elétrica/Amazonas	Manaus	11.04.2008	07.07.2015

NOTA 03 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de abril de 2010.

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, além de regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica aplicável aos concessionários de Serviço Público de Energia Elétrica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares, em atendimento às instruções contidas no Despacho n.º 4.722/2009-SFF/ANEEL, de 18 de dezembro de 2009.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para devedores duvidosos, passivos contingentes, para imposto de renda, e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em virtude de correção de erro e mudança de práticas contábeis, conforme descrito na Nota 26 – d – Patrimônio Líquido – Ajuste de Exercícios Anteriores, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2008 estão sendo devidamente corrigidas, nos termos previstos nas Normas e Procedimentos Contábeis – NPC nº. 12 – Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros. A referida correção afetou o Ativo e o Patrimônio Líquido em R\$ 87.822.

O comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência às normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as Demonstrações Contábeis da Companhia. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

a) Pronunciamentos

- * CPC 16 – Estoques
- * CPC 20 – Custos de empréstimos
- * CPC 22 – Informação por segmento
- * CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- * CPC 24 – Eventos Subseqüentes
- * CPC 25 – Provisões, passivos e ativos contingentes
- * CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis
- * CPC 27 – Ativo imobilizado

- * CPC 30 – Receitas
- * CPC 32 – Tributos sobre o lucro
- * CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- * CPC 38 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração
- * CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação
- * CPC 40 – Instrumentos financeiros e evidenciação

A Interpretação técnica ICPC 01 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível, para os segmentos de Transmissão e de Distribuição.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas Demonstrações Contábeis, ao tempo em que acompanha as discussões e debates sobre o tema, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos órgãos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da referida instrução técnica.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas Demonstrações correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009 e estão descritas a seguir:

I – Principais Práticas Contábeis Gerais

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As Aplicações Financeiras estão demonstradas a valor de mercado (vide Nota 05).

b) Consumidores e concessionárias

Inclui o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores e concessionária e a receita relativa ao fornecimento não faturado, até 31 de dezembro de 2009 comparado com 2008, ambos contabilizados com base no regime de competência (vide Nota 06.a).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Está constituída com base em análise dos riscos de realização, reconhecida em valor considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota 06.b).

d) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação, e os materiais destinados à construção estão classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição (vide Nota 09).

e) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável (vide Nota 12).

f) Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, debitada parte ao resultado do exercício e parte ao custo das ordens em curso, em função da utilização dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas unidades de cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL n.º 02, de 24 de dezembro de 1997, e n.º 44, de 17 de março de 1999, complementada pela Resolução Normativa n.º. 240 de 05 de dezembro de 2006.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, os juros, encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica, até 30 de novembro de 1999 (vide notas 13.a e 35).

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, com origem em arrendamentos mercantis financeiros são, quando aplicáveis, registrados no imobilizado em contrapartida de dívida de financiamento. Os ativos são sujeitos à depreciação observada a sua vida útil econômica estimada.

g) Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas do exercício na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos no ativo intangível (vide Nota 14).

h) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

A administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem a sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinado o tamanho de eventuais perdas. Quando não for possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Caso o montante do valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa seja menor que o valor contábil, este é reduzido ao seu provável valor de recuperação. A perda correspondente –impairment - à não recuperabilidade do ativo ou unidade geradora de caixa é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa pode ser revisto e, caso aumente no futuro, a provisão para perdas na recuperabilidade de ativos – impairment reconhecida no passado é revertida, total ou em parte, com efeito na resultado do exercício, para ajustar o ativo ao seu provável valor de recuperação, limitado ao valor contábil original do ativo ou unidade geradora de caixa.

A Amazonas Energia realizou diversos testes de impairment, conforme orientações do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, entendendo a administração da Companhia que as premissas e os cálculos desse estudo ainda poderão ser objeto de revisão ou validação, e por essa razão não concluiu seu teste do valor recuperável. Desta forma, não foi possível mensurar a necessidade de provisão para recuperabilidade dos ativos de longo prazo em 31 de dezembro de 2009.

i) Arrendamento Mercantil

Conforme orientação do Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenham sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendador os benefícios, riscos e controle sobre os bens. A Companhia fez uma avaliação no exercício de 2009, e não identificou nenhuma operação que se enquadre no Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil. Conforme determinado pelo ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil – os demais contratos de fornecimento serão analisados no exercício de 2010

j) Ajuste a Valor Presente

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico – CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia contabilizou o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito do ICMS sobre Ativo Imobilizado, Controle de Crédito do Ativo Permanente – CIAP.

k) Depósitos Judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia (vide Nota 24.a).

l) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço (vide Nota 17).

m) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos são demonstrados por seu valor de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos de rendimentos/encargos incorridos, quando aplicável.

n) Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e operações com instrumentos financeiros (vide notas 35 e 36).

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das Demonstrações Contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (vide Nota 24.a).

p) Conversão de Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa cambial da data do Balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

q) Instrumentos Financeiros

Investimentos são reconhecidos e baixados na data da transação dentro de um cronograma estabelecido pelo mercado ao qual pertence. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: (a) ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento; (b) empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados, sendo que a administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Os demais instrumentos financeiros, compreendendo basicamente as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e são mensurados ao custo de contratação acrescida dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e condições contratuais, sendo registrados ao resultado de acordo com o período de competência. Os instrumentos são ajustados ao valor provável de realização (vide Nota 39).

r) Práticas Contábeis Críticas

Práticas contábeis críticas são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos mais subjetivos e complexos e, portando, mais difíceis, por parte da administração da Companhia, decorrentes da necessidade de fazer estimativas que tem impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição financeira e de resultado da Companhia e que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, os julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Contábeis da Companhia a administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento. Portanto, os

resultados reais futuros podem ser distintos dos estimados, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado.

s) Planos Previdenciário e Outros Benefícios a Empregados

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº. 371/2000, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizadas pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (vide Nota 44).

O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido sob administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Eletronorte. A Amazonas Energia é co-patrocinadora da mesma.

t) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSSL)

O imposto de renda da pessoa jurídica, de que trata a Lei nº 9.249/1995, é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se alíquota de 15% e adicional de 10%, sendo que no exercício de 2009 foi apurado prejuízo fiscal e no exercício de 2008 foi apurado lucro fiscal.

A contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, sendo que no exercício de 2009 foi apurada base de cálculo negativa e no exercício de 2008 foi apurada base de cálculo positiva.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e base negativa, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em primícias internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

u) Apuração do Resultado do Exercício

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos significativos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

v) Lucro / Prejuízo por ação

É calculado com base no número de ações representativas do Capital Social Integralizado na data do balanço.

II – Principais Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

a) Plano de Contas

A Companhia adota o plano de contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e suas alterações posteriores.

b) Ativos e Passivos Regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão da Companhia, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. As diferenças entre os somatórios dos custos não gerenciáveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Companhia e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia (vide Nota 10).

c) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, do Estado, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados no serviço público de energia elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do MCSPEE, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante – Imobilizado, dada suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras (vide Nota 13 “a” e “c”).

d) Taxas Regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR) – é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual (vide Nota 18).

Conta de Consumo de Combustível (CCC) – é a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (vide Nota 18).

e) Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, do Ministério de Minas e Energia, determina que as empresas distribuidoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Recita Operacional Líquida – ROL, sendo 0,5% em programas de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética (vide notas 23 e 29).

f) Questões ambientais

Os ativos ambientais são capitalizados quando a alocação dos gastos realizados a determinados ativos imobilizados estiverem de acordo com as normas previstas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e no Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Os gastos não alocáveis aos ativos imobilizados serão reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e que possam ser razoavelmente estimadas.

g) Receita de Fornecimento Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor (vide Nota 27).

h) Subvenção - CCC

Esta Subvenção é referente ao combustível fóssil adquirido e consumido por conta da CCC – Conta Consumo de Combustível. Corresponde a uma receita de subvenção recebida referente ao combustível requisitado e pago por conta da CCC.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Caixa	57	22
Contas Bancárias à Vista	15.538	22.285
Fundos de Caixa	44	37
Contas Bancárias à Vista Vinculadas	1.986	1.905
Numerário em Trânsito	143	69
Aplicações no Mercado Aberto	7.875	49.408
Total	25.643	73.726

A Amazonas Energia aplica suas disponibilidades no tipo de aplicação denominado “Extra-Mercado” em conformidade com a Resolução CMN nº. 3.284 de 25/05/2005.

A aplicação Extra – Mercado é um fundo de investimento em renda fixa, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, o qual tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas, através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

NOTA 06 – CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

a) Composição dos Créditos

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:

CIRCULANTE	2009			TOTAL	2008
	VINCENDOS	VENCIDOS			
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
CONSUMIDORES					
. Residencial	49.664	34.454	108.920	193.038	158.104
. Industrial	31.998	15.888	63.021	110.907	91.527
. Comércio, serviços e outras atividades	30.050	13.728	33.968	77.746	64.235
. Rural	740	705	1.106	2.551	1.851
. Poder Público					
. Federal	4.009	2.212	1.437	7.658	4.138
. Estadual	9.326	8.434	3.867	21.627	13.593
. Municipal	4.733	7.055	16.868	28.656	22.270
. Iluminação Pública	2.325	477	1.687	4.489	3.570
. Serviço Público	6.513	1.485	15.668	23.666	21.812
Subtotal	139.358	84.438	246.542	470.338	381.100
PARCELAMENTOS					
. Residencial	12.144	-	1.219	-	11.025
. Industrial	7.232	-	-	-	4.383
. Comércio, serviços e outras atividades	6.152	-	-	-	4.329
. Rural	170	-	-	-	81
. Poder Público	17.020	-	-	-	16.464
. Serviço Público	33.883	-	-	-	24.736
. Outros	3	-	-	-	3
Subtotal	76.604	-	1.219	77.823	61.021
Total	215.962	84.438	247.761	548.161	442.121

b) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Sobre esses créditos foi constituída provisão, por classe de consumidores, conforme determina o item 6.3.2 do MCSPEE, acrescido de premissas descritas na Nota Técnica nº.004/2009, do Departamento de Contabilidade, com critérios e análise individual dos consumidores de energia elétrica que apresentam dúvidas na realização dos créditos existentes. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando os seguintes critérios:

- a) Contas vencidas há mais de 90 dias para os consumidores da classe residencial;
- b) Contas vencidas há mais de 180 dias para os consumidores da classe comercial;
- c) Contas vencidas há mais de 360 dias para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública;
- d) Análise individual dos débitos relevantes, vencidos entre 30 e 360 dias para todas as classes de consumo, sendo incluídos na provisão aqueles que não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

Classe		
	2009	2008
CONSUMIDORES		
. Residencial	115.239	99.040
. Comercial	36.440	31.020
. Industrial	78.017	53.864
. Poder Público	30.937	19.110
. Serviço Público	14.893	13.344
. Rural	582	391
. Parcelamentos	1.172	794
. Iluminação Pública	1.144	855
. Outros Devedores	1.407	843
Total	279.831	219.261

A movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	2009	2008
Saldo inicial	219.261	146.959
Ajustes identificados em 2009, relacionados a 2008	-	59.233
Adições	269.231	35.650
Baixas	(208.661)	(22.581)
Saldo final	279.831	219.261

NOTA 07 – DEVEDORES DIVERSOS

Os diversos créditos classificados no Ativo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:

DESCRIÇÃO				
	2009		2008	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Empregados	4.297	-	3.395	-
Arrendamentos e Aluguéis	1.010	-	1.471	-
Adiantamento a Fornecedores	10.287	-	27.309	-
Serviços e Dispêndios a Reembolsar em Curso	5.822	-	6.250	-
Reserva Global de Reversão a Compensar	5.521	4.357	-	8.888
Outros Devedores	2.692	-	1.068	-
Total	29.629	4.357	39.493	8.888

A rubrica de Outros Devedores é composta das contas de Adiantamento de Diárias a Terceirizados, e de Concessionários de Energia Elétrica, a qual registra os valores contabilizados com os colaboradores cedidos da Amazonas Energia para as outras Companhias de Distribuição de Energia.

NOTA 08 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

DESCRIÇÃO	2009		2008	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE (Reclassificado)	NÃO CIRCULANTE
ICMS sobre Aquisição de Insumos	37	793.990	339	678.991
COFINS - Lei nº 10.833/2003	-	386.858	-	376.772
PIS/PASEP - Lei nº 10.833/2003	-	85.911	-	83.721
ICMS sobre Bens do Ativo Fixo	-	20.245	-	15.299
Ajuste a Valor Presente	(245)	(1.556)	-	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	-	2.707	-	4.851
Contribuição Social s/ Lucro Líquido a Recuperar	-	2.366	-	2.889
COFINS Pagamento a Maior	7.499	-	2.170	-
PIS/PASEP - Pagamento a Maior	3.064	-	2.695	-
Outros	698	-	277	-
Total	11.053	1.290.521	5.481	1.162.523

O montante de ICMS a Recuperar sobre aquisição de insumos é proveniente da compra de combustível para produção de energia elétrica e da compra de energia elétrica para revenda. Conforme o disposto no item nº. 22 do Ofício Circular nº. 2.775/2008 – SFF/ANEEL, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar os créditos extemporâneos de PIS/PASEP e da COFINS, decorrente da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal - SRF na Solução de Consulta COSIT nº. 27/2008, a serem compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo. Dessa forma, a Amazonas Energia procedeu à apuração dos créditos de PIS/PASEP e da COFINS.

No exercício de 2009 foi constituído o ajuste a valor presente dos créditos de ICMS sobre o Ativo Fixo, à razão de 1/48 avos.

NOTA 09 – ESTOQUES

Os materiais em estoque são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. No quadro abaixo está apresentado a composição dos Estoques da Companhia:

Descrição	2009	2008
	Almoxarifado	80.303
Material em Poder de Terceiros	592	541
Material Destinado à Alienação	5.961	5.576
Adiantamento a Fornecedores	26.151	207
Provisão para Perdas de Estoque	(5.600)	-
Total	107.407	67.577

No exercício de 2009, foi constituída a Provisão para Perda de Estoque, calculada por estimativa, referente aos materiais que não foram baixados desta conta, em função dos itens específicos de importações ainda não estarem devidamente identificados.

NOTA 10 – ATIVOS / PASSIVOS REGULATÓRIOS

DESCRIÇÃO	2009		2008		
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO	
	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Conta de Consumo de Combustível - CVA CCC	8.236	-	-	145.873	12.516
Custo de Aquisição de Energia - CVA Energia	75.309	38.961	91.309	76.782	-
Comp. Financ. Pela Utiliz. de Rec. Hídricos - CVA CFURH	254	-	-	278	-
Outros Ativos Regulatórios	229.885	-	-	-	-
Total	313.684	38.961	91.309	222.933	12.516

Através da Portaria Interministerial nº. 361, de 26 de novembro de 2004, foi criada, para efeito de cálculo da revisão ou do reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, destinada a registrar as variações ocorridas no período entre os reajustes tarifários.

O valor da CVA 2009, composto pelos valores computados nos últimos doze meses (referente ao período de setembro/2008 a outubro/2009), resultou no montante de R\$ (99.294), conforme a Resolução Homologatória nº. 899, de 27 de outubro de 2009, bem como a Nota Técnica nº. 355 – SFF/ANEEL, de 22 de outubro de 2009, sendo R\$ (101.720) registrados na conta de CVA – Aquisição de Energia (Passivo Circulante), R\$ 2.174 registrados na conta de CVA – CCC (Ativo Circulante) e R\$ 252 registrados na conta de CVA CFURH (Ativo Circulante).

O saldo de R\$ (91.309) constante no Passivo Circulante na rubrica de CVA – Aquisição de Energia Elétrica, refere-se ao valor de R\$ (101.720) registrado por ocasião da homologação da CVA 2009, menos os valores que já estão sendo devolvidos para o consumidor por meio da amortização da CVA 2009, referente aos meses de novembro de dezembro de 2009.

Da mesma forma, os saldos de R\$ 8.236 e R\$ 254 constantes nas rubricas de CVA – CCC e CVA – CFURH respectivamente, referem-se aos valores homologado pela ANEEL, somando-se aos valores que estão sendo calculados e registrados mensalmente para composição da CVA 2010 a ser pleiteada à ANEEL na próxima revisão tarifária.

O saldo de R\$ 75.309 registrado na rubrica de CVA – Aquisição de Energia (Ativo Circulante) refere-se ao montante dos valores que estão sendo calculados e registrados mensalmente para composição da CVA 2010 a ser pleiteada à ANEEL na próxima revisão tarifária.

O saldo de R\$ 38.961 registrado na rubrica de CVA – Aquisição de Energia (Ativo Não Circulante), referem-se aos valores de compra de energia não incluídos na CVA homologada pela ANEEL durante o período de revisão tarifária de 2009. Esses valores serão transferidos para o Ativo Circulante, à medida que as notas fiscais forem consideradas no cálculo da CVA 2010.

Os efeitos decorrentes da concessão de isenção do ICMS aos consumidores finais de energia do interior do Estado do Amazonas, em virtude da Lei Estadual nº. 2.989/2005, que anula o direito de escrituração de créditos por parte da concessionária, faz com o que o ICMS incidente na compra do combustível para a geração de energia termelétrica no interior do Estado represente um custo efetivo da energia gerada para a concessionária. Dessa forma, a Companhia registrou, no exercício de 2008, o valor de R\$ 100.632 (o qual está inserido no montante de R\$ 229.885) conforme Nota Técnica nº. 326/2008 – SER/ANEEL, de 21 de outubro de 2008, processo 48500.002.786/2008-51, que teve por objeto apresentar os detalhes do Reajuste Tarifário Anual de 2008 da extinta Companhia Energética do Amazonas – CEAM, incorporada pela Amazonas Energia.

No processo de revisão tarifária de 2009, a Companhia pleiteou o valor de R\$ 244,7 milhões correspondente ao custo do ICMS no interior do Estado, não coberto pela conta CCC-ISOL, acumulado no período de dezembro de 2005 a outubro de 2009, já subtraído do valor concedido

provisoriamente no reajuste tarifário de 2007. Esse valor foi considerado, a título provisório, na proposta de revisão tarifária da Amazonas Energia, submetido à Audiência Pública nº 028/2009.

Entretanto, como as informações encaminhadas pela Companhia à Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira - SFF, não foram suficientes, no entender da ANEEL, para comprovar a existência de estorno do crédito do ICMS a partir de abril de 2008, reconhecendo na revisão tarifária periódica, a título provisório, o valor parcial de R\$ 200 milhões. Esse valor deverá ser validado pela SFF/ANEEL, juntamente com os valores que se realizarem após a data da revisão, até o próximo reajuste tarifário da Companhia, em novembro de 2010.

NOTA 11 – REEMBOLSO DA CCC – ISOL – LEI 12.111/09

Com o advento da medida provisória nº. 466 de 30 de julho de 2009 ora convertida na lei nº. 12.111 de 09 de dezembro de 2009 foi alterada toda a sistemática de subvenção dos sistemas isolados. A subvenção CCC que outrora subsidiava somente os custos com combustíveis agora passará a reembolsar o montante igual a diferença entre o custo total de energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR do Sistema Interligado Nacional – SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

- I - à contratação de energia e de potência associada;
- II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - à aquisição de combustíveis;
- IV - aos encargos e impostos; e
- V - aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

Os valores calculados e contabilizados pela Companhia no exercício de 2009 totalizaram o montante de R\$ 311.037, registrados no Ativo Circulante, tendo como contrapartidas o valor de R\$ 225.611 no Passivo Não Circulante e R\$ 85.426 no resultado do exercício.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, conforme descrito no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Terrenos	1.661	1.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	129	129
Participações societárias permanentes	5.880	5.880
Total	7.670	7.670

As participações societárias permanentes estão detalhadas no quando abaixo:

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Processamento de Dados do Amazonas - PRODAM	1	1
Cia Saneamento do Amazonas - COSAMA	4	4
Banco Bradesco S/A	1	1
Centrais Elétricas Norte Brasil S/A	5.872	5.872
Telemar Norte Leste	1	1
Cia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1	1
Total	5.880	5.880

NOTA 13 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos e respectivas taxas de depreciação:

DESCRIÇÃO			%
	2009	2008	Taxas médias de depreciação no exercício
IMOBILIZADO EM SERVIÇO			
Geração			
- Hidráulica (UHE - BALBINA)	1.412.789	1.412.122	1,88%
- Térmica	566.173	502.018	2,49%
- Conexão	112.244	112.244	1,67%
Distribuição	1.194.184	1.105.367	2,10%
Administração	289.228	286.948	1,49%
Comercialização	81	81	1,05%
	3.574.699	3.418.780	
(-) Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão	(215.485)	(96.773)	
	3.359.214	3.322.007	
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
Geração			
- Hidráulica (UHE - BALBINA)	(768.774)	(734.241)	
- Térmica	(224.867)	(204.739)	
- Conexão	(68.639)	(65.850)	
Distribuição	(569.032)	(527.059)	
Administração	(199.740)	(187.542)	
Comercialização	(77)	(77)	
	(1.831.129)	(1.719.508)	
	1.528.085	1.602.499	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO			
Geração			
- Hidráulica (UHE - BALBINA)	6.060	5.339	
- Térmica	124.322	141.944	
- Conexão	770	474	
Distribuição	391.773	245.443	
Administração	7.303	1.317	
	530.228	394.517	
(-) Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão	(99.574)	(179.100)	
	430.654	215.417	
Total	1.958.739	1.817.916	

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL n.º. 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis,

quando destinados à alienação, determinando que o produto obtido seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A movimentação do Ativo Imobilizado está detalhada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2009	2008
IMOBILIZADO EM SERVIÇO		
Saldo Inicial	3.418.780	2.898.672
Adições	-	-
Transferências	161.583	129.091
Baixas	(5.664)	(18.325)
Outros	-	437.611
Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável	-	(28.269)
Saldo Final	3.574.699	3.418.780
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS VINCULADAS À CONCESSÃO		
Saldo Inicial	(96.773)	(96.773)
Adições	(118.712)	-
Saldo Final	(215.485)	(96.773)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		
Saldo Inicial	(1.719.508)	(1.464.901)
Adições	(114.499)	(104.550)
Transferências	(6)	7
Baixas	2.884	17.115
Outros	-	(167.179)
Saldo Final	(1.831.129)	(1.719.508)
Total do Imobilizado em Serviço	1.528.085	1.602.499
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		
Saldo Inicial	394.517	209.339
Adições	302.801	231.621
Transferências	(161.712)	(129.155)
Baixas	-	(1.090)
Outros	(5.378)	83.802
Saldo Final	530.228	394.517
OBRIGAÇÕES ESPECIAIS VINCULADAS À CONCESSÃO		
Saldo Inicial	(179.100)	(179.100)
Adições	(47.267)	-
Transferências	111.642	-
Outros	15.151	-
Saldo Final	(99.574)	(179.100)
Total do Imobilizado em Curso	430.654	215.417
Total	1.958.739	1.817.916

b) Bens em Comodato:

A Amazonas Energia opera, mediante contrato de comodato, a Usina Termelétrica ELECTRON, bem de propriedade da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE.

A UTE ELECTRON é composta de 06 (seis) unidades geradoras a diesel GE de 20MW cada, transformador, sistema de recebimento de óleo diesel, sistema de tratamento de óleo diesel, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, transformador de serviços auxiliares, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática.

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2009	2008
Valor Bruto	48.003	38.113
(-) Depreciação Acumulada	(26.629)	(26.629)
Valor residual	21.374	11.484

c) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão, distribuição e comercialização, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

COMPOSIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	R\$ mil	
	2009	2008
Participações da União, Estados e Municípios	183.715	53.747
Participações Financeiras do Consumidor	24.375	24.375
Doações e Subvenções	107.817	197.751
Subtotal	315.907	275.873
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA		
Participações da União, Estados e Municípios	(687)	-
Participações Financeiras do Consumidor	(155)	-
Doações e Subvenções	(6)	-
Subtotal	(848)	-
Total	315.059	275.873

Por meio do Ofício Circular nº. 1.314/2007 – SFF/ANEEL, datado do dia 27/06/2007, que trata da Reintegração de Valores de Bens constituídos com Recursos das Obrigações Especiais, o Órgão Regulador informou as orientações contidas no Despacho ANEEL nº. 3.073, de 28/12/2006, no qual institui a subconta “Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil. No mesmo documento, orienta que somente a partir do segundo ciclo de revisão tarifária é que as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independente da sua data de formação, deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil. Como a data-base do segundo ciclo de revisão tarifária da Amazonas Energia foi 01 de novembro de 2009, foram calculados somente dois meses de depreciação (novembro e dezembro de 2009).

d) Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – LUZ PARA TODOS - LPT

O Decreto 4.873, de 11 de novembro de 2003, em seu artigo 1º, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “LUZ PARA TODOS”, com a finalidade de apoiar financeiramente concessionárias, permissionárias de serviço público de energia elétrica e cooperativa, a promoverem a eletrificação em domicílios e estabelecimentos localizados no meio rural. Conforme a redação dada pelo Decreto nº. 6.442 de 2008, o Programa está destinado a propiciar este atendimento em energia elétrica até o ano de 2010. Para tanto, alocou recursos financeiros da Reserva Global de Reversão – RGR e da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, esta última criada pela Lei 10.438, de 26 de abril de 2002. Ainda no artigo 3º do Decreto 4.873, encontra-se definido que o Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS e das demais empresas que compõem o Sistema ELETROBRAS.

Em 28 de março de 2008, a Manaus Energia incorporou a Companhia Energética do Amazonas – CEAM, assumindo assim os Contratos de Subvenção desta última.

Para consecução dos objetivos do Programa no Estado do Amazonas, a União por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, o Governo do Estado e as concessionárias (Manaus Energia e



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

CEAM), com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e da ELETROBRAS foram firmados no ano de 2004, os TERMOS DE COMPROMISSO no qual estão definidas as metas anuais de atendimento e a participação financeira do Governo Federal através da ELETROBRAS, da Companhia como agente executor e do Governo Estadual.

Fonte	%
MME/ELETROBRAS - subvenção econômica	80,00
Governo do Estado do Amazonas	10,00
Concessionárias	10,00
Total	100,00

Segue abaixo quadro resumo da participação financeira das entidades envolvidas no Programa Luz para Todos:

	ECF	2009			Total Geral Contratado	2008			Total Geral Realizado
		Total Contratado				Total Realizado			
		Eletrobrás	Estado	AmE		Eletrobrás	Estadual	AmE	
Capital	011/04	15.668	2.873	2.060	20.601	10.097	2.873	15.858	28.828
	207/07	4.979	623	623	6.225	1.494	-	2.339	3.833
	009/04	31.657	3.958	3.957	39.572	16.153	3.958	15.815	35.926
Interior	124/05	80.553	-	8.950	89.503	71.018	-	8.658	79.676
	220/08	96.649	-	10.739	107.388	28.995	-	32.697	61.692
Total		229.506	7.454	26.329	263.289	127.757	6.831	75.367	209.955

Como existem Convênios entre o Governo do Estado e a Companhia, que ainda não foram assinados, os percentuais de distribuição das participações financeiras das entidades do Programa Luz para Todos, remontam à 90% para a Eletrobras e 10% para a Amazonas Energia.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO			%
	2009	2008	Taxas médias de amortização no exercício
INTANGÍVEL EM SERVIÇO			
Geração			
- Conexão	859	859	0,00%
- Térmica	23	23	0,00%
Distribuição	6.124	5.986	3,11%
Administração	8.578	7.572	1,07%
	15.584	14.440	
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
Distribuição	(2.501)	(1.396)	
Administração	(7.976)	(7.052)	
	(10.477)	(8.448)	
	5.107	5.992	
INTANGÍVEL EM CURSO			
Geração			
- Conexão	5	-	
Distribuição	1.130	216	
Administração	7.995	293	
Comercialização	6	6	
	9.136	515	
Total	14.243	6.507	

Refere-se às servidões permanentes e direitos de uso de software aplicados pela Companhia.

A movimentação do Intangível está demonstrada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2009	2008
INTANGÍVEL EM SERVIÇO		
Saldo Inicial	14.440	11.569
Transferências	38	353
Outros	1.106	2.518
Saldo Final	15.584	14.440
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		
Saldo Inicial	(8.448)	(4.440)
Adições	(2.036)	(2.346)
Transferências	7	-
Outros	-	(1.662)
Saldo Final	(10.477)	(8.448)
Total do Intangível em Serviço	5.107	5.992
INTANGÍVEL EM CURSO		
Saldo Inicial	515	497
Adições	8.384	302
Transferências	237	(302)
Outros	-	18
Saldo Final	9.136	515
Total do Intangível em Curso	9.136	515
Total	14.243	6.507

NOTA 15 – FORNECEDORES

Os débitos com fornecedores estão compostos da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2009	2008
Suprimento de Energia Elétrica	476.129	274.738
Reembolso sobre combustíveis-Res. 347/09	(176.129)	-
Subtotal	300.000	274.738
Fornecimento de Materiais e Serviços	614.714	117.438
Total	914.714	392.176

A Amazonas Energia fez o encontro de contas no exercício de 2009, da rubrica Reembolso sobre Combustíveis, no montante de R\$ 176.129, decorrente da Resolução Normativa da ANEEL nº. 347 de 06 de janeiro de 2009, a qual estabeleceu que o valor do reembolso da CCC seria efetuado pela diferença de preço entre o valor da compra do óleo e o preço da ANP (Agência Nacional do Petróleo), a partir da data de publicação desta Resolução, os Produtores Independentes passaram a faturar a diferença de preço para a Companhia. Esta situação também justifica o aumento substancial na rubrica de fornecedores de materiais e serviços, destacando-se principalmente a Petrobras.

A Companhia, através de sua Diretoria Executiva e com o auxílio dos seus advogados, entrou com um processo de Mandado de Segurança na Justiça, solicitando que fossem afastados os efeitos da Resolução Normativa nº. 347/2009 da ANEEL. A Liminar foi concedida pelo Poder Judiciário a Amazonas Energia, através do Agravo de Instrumento nº. 2009.01.00.045341-1/DF do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, permitindo que a Companhia receba o reembolso pela CCC, como ocorria na sistemática anterior.

Os fornecedores de suprimento de energia elétrica com os saldos vencidos foram devidamente atualizados.



NOTA 16 – FOLHA DE PAGAMENTO

O detalhamento do saldo desta conta está composto abaixo:

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Férias *	1.269	673
Tributos Retidos na Fonte	3.783	2.453
Previnorte - Contribuição Empregados	1.497	811
Assoc. dos Empregados da Eletronorte - ASEEL	118	-
Outros	608	9
Total	7.275	3.946

*Este saldo refere-se às férias efetivas a pagar.

NOTA 17 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos são:

a) Composição:

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	31/12/2009			31/12/2008	
			Circulante		Total	Total	
			Encargos	Principal			Circulante + Não Circulante
MOEDA ESTRANGEIRA							
.BLADEX ¹		US\$	-	-	-	785	
Dívida em Moeda Estrangeira			-	-	-	785	
MOEDA NACIONAL							
ELETOBRÁS			-	92.300	271.034	363.334	729.357
.ECF-1554/97	15,72	R\$	-	5.725	13.417	19.142	16.701
.ECF-2057/00	9,11	R\$	-	20.587	27.450	48.037	44.776
.ECF-2082/01 ¹	8,25	R\$	-	3.849	12.829	16.678	15.670
.ECF-2116/01 ¹	7,67	R\$	-	2.766	23.053	25.819	24.399
.ECF-2117/01	10,23	R\$	-	5.456	4.092	9.548	8.797
.ECF-2131/02	9,18	R\$	-	1.361	1.361	2.722	2.534
.ECF-2132/02	9,18	R\$	-	809	809	1.618	1.506
.ECF-2133/02 ¹	7,97	R\$	-	1.159	3.865	5.024	4.735
.ECF-2267/03 ¹	7,00	R\$	-	4.436	36.967	41.403	39.388
.ECF-2286/03	7,00	R\$	-	1.495	3.490	4.985	4.743
.ECF-2292/03 ¹	7,00	R\$	-	91	302	393	373
.ECF-2299/03	7,00	R\$	-	2.596	6.057	8.653	8.231
.ECF-2301/03	7,00	R\$	-	24.940	54.035	78.975	69.761
.ECF-2327/04	7,00	R\$	-	4.087	10.900	14.987	14.257
.ECF-2330/04 ¹	7,00	R\$	-	619	2.064	2.683	2.553
.ECF-2331/04 ¹	7,00	R\$	-	36	121	157	150
.ECF-2332/04 ¹	7,00	R\$	-	485	1.617	2.102	1.999
.ECF-2345/04 ¹	7,00	R\$	-	474	1.580	2.054	1.954
.ECF-2447/04	7,00	R\$	-	1.217	3.448	4.665	4.438
.ECF-2452/04	7,00	R\$	-	336	2.796	3.132	2.979
.ECF-2459/05 ¹	7,00	R\$	-	3.845	34.602	38.447	36.576
.ECF-2461/04	7,00	R\$	-	1.650	2.200	3.850	3.663
.ECF-2463/05	7,00	R\$	-	1.972	2.629	4.601	4.377
.ECF-2571/06 ¹	7,00 + CRC ²	R\$	-	1.141	4.564	5.705	5.427
.ECF-2572/06 ¹	7,00 + CRC ²	R\$	-	507	2.029	2.536	2.413
.ECF-2573/06 ¹	7,00 + CRC ²	R\$	-	470	1.879	2.349	2.235
.ECF-2642/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	4.553	4.553	4.331
.ECF-2644/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	-	-	1.459
.ECF-2645/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	-	-	1.162
.ECF-2653/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	191	765	956	909
.ECF-2672/07	Selic + Spread	R\$	-	-	3.891	3.891	-
.ECF-2706/08	Selic + Spread	R\$	-	-	-	-	396.861
.ECF-2712/08	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	3.669	3.669	-
ELETRONORTE			-	-	-	-	537.998
.RD 521/06	12,00	R\$	-	-	-	-	68.190
.RD 706/06	12,00	R\$	-	-	-	-	69.555
.DEL 018/07	12,00	R\$	-	-	-	-	65.879
.DEL 555/07	12,00	R\$	-	-	-	-	110.970
.RD 639/07	12,00	R\$	-	-	-	-	41.003
.DEL 005/08	Selic Diária	R\$	-	-	-	-	72.395
.RD 820/08	Selic + Spread	R\$	-	-	-	-	110.006
Dívida em Moeda Nacional			-	92.300	271.034	363.334	1.267.355
Total			-	92.300	271.034	363.334	1.268.140

¹ Financiamentos advindos em virtude da Incorporação da Companhia Energética do Amazonas (CEAM).

² Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculada sobre o saldo não desembolsado do crédito.

b) A composição dos empréstimos e financiamentos por moeda, segue abaixo:

MOEDAS/ INDICADORES	31/12/2009			31/12/2008		
	\$ mil	R\$ mil	%	\$ mil	R\$ mil	%
NACIONAL:						
R\$		363.334	100,00		1.267.355	99,94
ESTRANGEIRA:						
US\$	0	0	0,00	336	785	0,06
Total	0	363.334	100	336	1.268.140	100

*Dólar americano: R\$ 1,7412 em 31.12.2009.

c) Os principais indicadores utilizados para atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	2009	2008
US\$ (Dólar Americano)	(28,41)	-
IGP-M	(1,73)	9,87

d) A composição do principal dos empréstimos e financiamentos em longo prazo, tem seus vencimentos assim programados:

Financiadores	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	TOTAL
Eletrobrás	92.810	72.087	32.088	18.353	13.805	41.891	271.034

e) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira
	Circulante	Não Circulante	Circulante
Saldo no início do exercício	228.213	1.039.142	785
Empréstimos e Financiamentos obtidos	-	333.034	-
Variação monetária e cambial	1.394	(6.285)	(41)
Transferências	1.222.085	(1.222.085)	-
Encargos financeiros provisionados	27.731	127.228	(744)
Encargos financeiros pagos	(23.172)	-	-
Amortização de financiamentos	(2.654)	-	-
Transferência para AFAC	(1.361.297)	-	-
Saldo no final do período	92.300	271.034	-

NOTA 18 – TAXAS REGULAMENTARES

Composição desta conta:

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2009	2008
Quota da Reserva Global de Reversão - RGR *	654	3.464
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC **	835	4.226
Total	1.489	7.690

* O decréscimo na rubrica de Quota da Reserva Global de Reversão – RGR ocorreu em função da redução da sua Base de Cálculo, pois a mesma leva em consideração a Receita de Fornecimento auferida no período. No exercício de 2009, houve uma redução de R\$ 81.704 na Receita de Fornecimento (conforme descrito na Nota Explicativa nº. 27), decorrente da CVA Passiva – Aquisição de Energia Elétrica, registrada por ocasião da homologação da CVA 2009.

** A redução na rubrica de Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC ocorreu de acordo com o Despacho ANEEL nº. 4.791, de 23 de dezembro de 2009, o qual fixa os valores das quotas referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica.

NOTA 19 – TRIBUTOS A RECOLHER

Esta conta está composta conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	2009		2008	
	PASSIVO	PASSIVO	PASSIVO	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	541	1.553	-	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	488	2.717	-	
Imposto sobre Serviço - ISS	3.125	572	-	
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	6.358	3.792	-	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.686	1.119	-	
Tributos Federais Retidos na Fonte MP - 135/03	39.138	18.914	-	
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (nota 21)	7.935	13.919	8.095	
Outros	405	243		
Total	59.676	42.829	8.095	

NOTA 20 – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS

Com o advento da incorporação da CEAM pela Companhia, através da Resolução Autorizativa nº. 1.304, de 18 de março de 2008, ficou estabelecida a transferência de seus ativos e passivos para o patrimônio da Incorporadora, obedecido o disposto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e as Normas de Contabilidade aplicáveis.

A extinta CEAM entrou com seu processo de habilitação no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS em 06 de outubro de 2000. Como a extinta CEAM estava submetida ao regime de tributação com base no lucro real, enquadrou-se entre aquelas que têm como parcela mensal 1,2% aplicado sobre a receita bruta do mês imediatamente anterior.

Com base nos valores provisionados e nas regras do referido programa, a extinta CEAM apurava e recolhia os valores relativos a 1,2% do seu faturamento mensal, fato que continua ocorrendo após o processo de incorporação pela Companhia.

Em função de não ter sido ainda ajustado o montante da dívida, a extinta CEAM deixou de efetivar os registros contábeis com relação à compensação dos créditos tributários existentes de Imposto de Renda e Contribuição Social.

A composição do saldo do REFIS encontra-se demonstrados a seguir:

ITEM EXTRAORDINÁRIO - REFIS	
Saldo em 31.12.2007	32.043
Amortização em 2008	(11.029)
Atualização do REFIS pela TJLP	1.000
Saldo em 31.12.2008	22.014
VALOR TOTAL DO REFIS	11.985
Amortização em 2009	(14.630)
Atualização do REFIS pela TJLP	551
Saldo em 31.12.2009 (CIRCULANTE)	7.935

A Companhia vem mantendo o pagamento regular dos tributos e contribuições como requisito essencial para a manutenção das condições de pagamentos previstas no REFIS.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

O saldo está composto desta forma:

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Encargos Sociais - INSS	3.053	2.434
Encargos Sociais - FGTS	929	790
SESI/SENAI/FNDE	313	426
Provisão para Contribuição Social	-	1.431
Provisão para Imposto de Renda	-	3.975
Provisão de Férias	8.330	6.531
Provisão - Gratificação de Férias	3.282	3.343
Total	15.907	18.930

NOTA 22 – PARCELAMENTOS

Composição da Dívida		
	2009	2008
Circulante	68.449	63.904
Não Circulante	149.304	199.481
Total	217.753	263.385

O Saldo em 2009, referem-se a dois Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e seus parcelamentos com a Petrobras Distribuidora S/A relativos ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, representados pelos títulos vencidos e não pagos. Os referidos débitos foram corrigidos pela Taxa Selic. Os instrumentos serão amortizados em 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, sendo que seus valores serão corrigidos pela Taxa Selic, pela variação pro rata dia considerado desde as datas da assinatura dos contratos até as datas dos seus respectivos vencimentos. O primeiro contratos teve a sua primeira parcela vencida em 30/01/2007 e a última parcela vencerá em 30/01/2011, e o segundo contrato teve o vencimento da primeira parcela em 30/01/2009 e a última em 30/12/2013.

NOTA 23 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta composição refere-se a obrigações diversas, detalhadas a seguir:

DESCRIÇÃO	Circulante		Não Circulante
	2009	2008	2009
	Credores Diversos	1.241	775
Multas Ambientais	400	1.071	-
Obrigações junto a Controladora / Controladas / Coligadas	991	931	-
Juros do Empréstimo Compulsório -ELETROBRAS	734	741	-
Taxa de Iluminação Pública Arrecadada	4.945	3.836	-
Parcelamento de Multas - ANEEL	5.887	5.799	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	3.889	12.413	7.189
Programa de Eficiência Energética - PEE	181	12.882	13.043
Outros	2.564	2.707	-
Total	20.832	41.155	20.232

NOTA 24 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS / DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição dos saldos de depósitos judiciais e provisão para contingências:

Em dezembro/2009, as Demonstrações Contábeis da Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

DESCRIÇÃO	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2009	2008	2009	2008
	Trabalhista	27.930	1.326	56.266
Fiscais	-	-	132	17.329
Cíveis	3.674	2.958	39.796	54.458
Outras	546	207	-	-
Total	32.150	4.491	96.194	123.495

Os valores registrados na rubrica Outras se referem aos depósitos em forma de cauções para garantia de participação da Amazonas Energia no leilão de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração denominado “Leilão A-3”, tendo como beneficiário a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

b) Movimentação dos saldos:

A movimentação dos depósitos judiciais e da provisão para contingências no exercício de 2009 está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2009	2008	2009	2008
Saldo inicial	4.491	15.517	123.495	73.703
Adições	68.549	55.052	21.826	75.739
Baixas	(41.486)	(37.489)	(56.072)	(63.691)
Atualizações monetárias	596	-	6.945	37.744
Ajustes identificados em 2009, relacionados a 2008	-	(28.589)	-	-
Saldo final	32.150	4.491	96.194	123.495

c) Natureza das contingências:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Fiscais/Tributárias – os principais processos tributários envolvem compensações não homologadas devido a retificações de declarações que redundaram na cobrança de PIS e COFINS, em decorrência de erro no preenchimento de declarações, cobranças de contribuição previdenciária em face do pagamento em dinheiro de vale-transporte, auxílio-alimentação e salários indiretos, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS ou pela suposta redução da base de cálculo de tal tributo, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, autuações estaduais em operações interestaduais de comodato, questionamento ao aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, autuações pela falta de retenção ou repasse do ISS devido por prestadores de serviço contratados, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, discussões sobre a incidência de ICMS sobre energia assegurada, cobranças de salário-educação em face da falta de registro das indenizações pagas a dependentes de empregados, cobrança de ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execuções fiscais esparsas e muitos processos em que os contribuintes buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.
- Ações cíveis – as principais ações têm por objeto pedido de indenização por danos materiais e morais por acidente envolvendo a rede elétrica, indenização por dano moral por corte indevido, anulatórias de débito de faturas e processo administrativo, indenização por danos elétricos, indenização por inscrição indevida do nome do cliente no SERASA/SPC e ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos administrativos.

d) Perdas Possíveis, não Provisonadas no Balanço :

A Companhia destaca a seguir os processos trabalhistas, cíveis e tributários, com perda estimada como possível e remota, de grande relevância:

DESCRIÇÃO	2009		2008	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Trabalhistas	22.951	1.980	13.697	3.613
Cíveis	51.493	37.930	38.618	30.522
Tributárias	1.364.023	250.410	717.086	207.580
Total	1.438.467	290.320	769.401	241.715

NOTA 25 – RECURSO DA CCC

a) Ressarcimento do ICMS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis Por Conta da CCC

As Empresas do Serviço Público de Energia Elétrica que atuam no Sistema Isolado, e que possuem geração térmica, vinham acumulando créditos de ICMS sem a possibilidade de sua compensação integral com débitos apurados na venda de energia elétrica. Objetivando ressarcir as empresas que não vinham conseguindo recuperar os seus créditos de ICMS, o art. 86, da Lei n.º 10.833, de 29.12.2003, que altera o art. 8 da Lei n.º 8.631, de 04.03.1993, estabeleceu que a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008.

O Ofício Circular 2.306/2004-SFF/ANEEL, visando oferecer maior transparência à operação de ressarcimento do ICMS de combustíveis por conta da CCC nas Demonstrações Contábeis, determinou o seguinte procedimento:

- a) A constituição do crédito do ICMS deve manter seu tratamento contábil da mesma forma como estava sendo praticado;
- b) Os valores recebidos por conta da CCC para ressarcimento do ICMS devem ser contabilizados a crédito do exigível – Recurso da CCC. Anualmente será apurado o resultado da operação para registro no Balanço.

Através da Resolução Normativa n.º. 303 de 26 .02. 2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

A ANEEL através do Despacho n.º. 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item n.º. 29, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do passivo a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2007.

Entretanto, por força da sentença exarada pela 17ª vara de Brasília, na qual informa que a Amazonas Energia está desobrigada de lançar em seu passivo o débito correspondente ao valor do ICMS (R\$576.537) que lhe foi reembolsado pela CCC-ISOL nos anos de 2004 a 2008, a Companhia reverteu do seu Passivo esta obrigação, tendo como contrapartida uma conta de Receita.

A composição do saldo do ressarcimento do ICMS incidente sobre a aquisição de combustível por conta da CCC, bem como os valores apurados como Recuperação de Despesa no exercício de 2008, conforme Ofício de Encerramento n.º 4.722/2009 – SFF/ANEEL estão demonstrados no item n.º. 3, do quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	
1) CEAM (Incorporada)	
Exercício 2004	34.955
Exercício 2005	67.264
Exercício 2006	47.884
Exercício 2007	33.618
Exercício 2008	4.209
	187.930
2) Manaus Energia	
Exercício 2004	160.649
Exercício 2005	258.617
Exercício 2006	143.213
Exercício 2007	78.574
Exercício 2008	15.886
	656.939
Total Recebido	844.869
3) Estorno do ICMS Não Recuperado	
CEAM - estorno do ICMS 2005 a 2008 - saídas isentas	(90.969)
CEAM - estorno do ICMS - incorporação	(96.961)
Manaus Energia - 2008 - saídas isentas interior	(14.165)
Manaus Energia - 2004 a 2007 - saídas isentas capital	(64.516)
Manaus Energia - saídas isentas referente à 2008	(1.721)
	(268.332)
Total	576.537

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Valor do crédito do ICMS sobre Aquisição de Combustível	576.537	578.258
Valor do ressarcimento do ICMS recebido por conta da CCC	(576.537)	(576.537)
Resultado	-	1.721

No segundo trimestre de 2009, foi transferido o valor de R\$ 1.721 mil para a rubrica de Recuperação de Despesa referente às saídas isentas do ICMS na venda de Energia Elétrica.

b) Ressarcimento do PIS/PASEP e COFINS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis Por Conta da CCC

A ANEEL através do Despacho nº. 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº. 359-SFF, a qual expõe de forma detalhada a evolução da legislação a respeito da metodologia de contabilização dos PIS/PASEP e COFINS na forma da apuração não cumulativa, recomendando a adoção dos seguintes procedimentos:

- **Apuração do Passivo Regulatório a ser ressarcido ao fundo CCC-ISOL** – imputando aos agentes que apurem mensal e anualmente o montante reembolsado pela CCC-ISOL a título de combustível e os créditos de PIS/PASEP e COFINS, sendo que este último deverá ser imputado como Passivo Regulatório.
- **Forma da Atualização e restituição** – orientando que o Passivo Regulatório seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

c) Composição do Saldo de Recurso da CCC

A Companhia procedeu à apuração, bem como à atualização destes passivos, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
ICMS pago pela CCC	-	576.537
PIS/PASEP pago pela CCC	37.448	40.608
COFINS pago pela CCC	172.489	187.044
Ressarcimento CCC - ISOL - Lei 12.111/09	225.611	-
Total	435.548	804.189

Os saldos dos impostos e contribuições sociais estão atualizados monetariamente para data-base de 31/12/2009.

O saldo de R\$ 225.611 refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009, descrito a seguir:

§ 8º “No caso de efetivo aproveitamento de créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir a este mecanismo o montante integral do crédito tributário aproveitado”.

NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2009 representa R\$ 2.381.558 (em 2008: R\$ 2.381.558), totalmente integralizado, distribuído conforme demonstrativo abaixo:

ACIONISTAS	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA			
	(%)	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES (%)	
ELETROBRAS	2.381.558	100,00%	1.750.588.614	100,00%

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Prejuízos Acumulados

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Prejuízo Acumulado até o Exercício Anterior	(1.715.410)	(1.826.433)
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício	(60.154)	111.023
Prejuízo Acumulado	(1.775.564)	(1.715.410)

c) Recursos Destinados a Aumento de Capital

O Conselho de Administração da ELETROBRAS, em conformidade com o Plano de Transformação do Sistema ELETROBRAS, definiu diretrizes para a ELETROBRAS e suas Controladas, contemplando dentre outras, a reorientação dos negócios de distribuição, a fim de que fosse feito um estudo de uma estrutura ótima de capital para suas empresas.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

Com base nos estudos realizados, o Conselho de Administração da ELETROBRAS aprovou, através da Deliberação DEL – 135/2009, de 30 de outubro de 2009, a capitalização das empresas de distribuição, envolvendo a capitalização de crédito de empréstimos e financiamentos (ECF), concedidos com recursos ordinários, mais os saldos dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Posteriormente, através da Deliberação DEL – 204/2009, de 21 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da ELETROBRAS aprovou que os contratos de empréstimos e financiamentos (ECF) fossem transformados em adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$ 1.361.297, somando-se as liberações em espécie, no valor de R\$ 212.500, produzindo um montante de R\$ 1.573.797, determinando, ainda, que esses novos adiantamentos sejam utilizados para a quitação das dívidas dos contratos de empréstimos e financiamentos.

A composição dos contratos de empréstimos e financiamentos utilizados para o futuro aumento de capital encontra-se discriminado no quadro abaixo:

CONTRATOS	Valor Capitalizado
Eletrobras RD 521/06	74.365
Eletrobras DEL 043/06	75.785
Eletrobras DEL 018/07	71.828
Eletrobras DEL 555/07	121.035
Eletrobras RD 639/07	44.726
Eletrobras DEL 005/08	80.231
Eletrobras ECF 2706/08	439.814
Eletrobras ECF 2732/09	332.387
Eletrobras ECF 2759/09	121.126
Subtotal	1.361.297
ECF 2768/09	212.500
Total	1.573.797

d) Ajuste de Exercícios Anteriores

Os ajustes no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2008 são demonstrados como abaixo:

DESCRIÇÃO	
Baixa de Depósitos Judiciais	28.589
Ajuste da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	59.233
Total	87.822

NOTA 27 – FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

DESCRIÇÃO	Nº de		Mwh (*)		R\$	
	Consumidores (*)					
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
FORNECIMENTO FATURADO DE E.E.						
Residencial	587.996	573.019	1.197.666	1.055.902	444.402	349.309
Industrial	3.328	3.343	1.480.762	1.652.444	500.667	511.313
Comércio, serviços e outras atividades	57.682	56.807	854.978	765.723	357.514	287.640
Rural	22.515	17.691	35.342	24.084	8.623	3.459
Poder Público	6.488	6.386	406.402	358.318	161.598	126.150
Iluminação Pública	324	315	112.091	97.194	25.030	18.655
Serviço Público	835	699	186.474	166.598	54.652	53.073
(-) Tranf. Para Produção (**)	-	-	-	-	(600.702)	(432.523)
(-) Tranf. Para Distribuição (**)	-	-	-	-	(218.729)	(181.001)
(-) CVA Passiva					(81.704)	
FORNECIMENTO NÃO FATURADO					2.758	7.192
SUBTOTAL	679.168	658.260	4.273.715	4.120.263	654.109	743.267
SUPRIMENTO DE E.E.	1	1	119.868	25.342	600.702	435.581
RECEITA P/ DISP. REDE ELÉTRICA	-	-	-	-	218.729	181.001
ICMS FATURADO	-	-	-	-	(290.902)	(287.421)
Total	679.169	658.261	4.393.583	4.145.605	1.182.638	1.072.428

(*) Não auditados.

(**) Rateio realizado de acordo com o Ofício Circular SFF/ANEEL nº. 2.775/2008, de 24/12/2008, item 50.

O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerados, assim como também no quantitativo de consumidores.

NOTA 28 – CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RECEITA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
PIS/PASEP	(33.593)	(831)
COFINS	(151.106)	(3.668)
Total	(184.699)	(4.499)

O aumento substancial na rubrica de Contribuições sobre a receita operacional no exercício de 2009, quando comparado com o exercício de 2008, ocorreu em função da mudança de critério da contabilização do PIS e COFINS, conforme determinação do Ofício de Encerramento nº. 2.775/2008, de 24/12/2008 da ANEEL. Em 2008, os valores eram contabilizados na rubrica de Impostos e Contribuições sobre a Receita pela diferença da apuração (os débitos menos os créditos). Em 2009, os valores passaram a ser contabilizados da seguinte forma: os débitos apurados são contabilizados na rubrica de Impostos e Contribuições sobre a Receita, e os créditos da apuração estão sendo contabilizados na rubrica de Recuperação de Despesa.

NOTA 29 – PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (PEE)

A Lei nº 9.991, de 24/07/2000, determina que as Empresas distribuidoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida – ROL em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento- P&D e Eficiência Energética- PEE. Até 31 de dezembro de 2005, os percentuais mínimos aplicados eram de 0,5% para Pesquisa e Desenvolvimento e de 0,5% em Eficiência Energética. Com o advento da Lei nº 11.465 de 28/03/2007, a partir de abril de 2007, a distribuição dos investimentos ficou assim: EE 0,50%, P&D 0,20%, FNDCT 0,20% e MME 0,10%.

Até 11/02/2008, os valores destinados ao P&D, PEE, FNDCT e MME foram regulamentados pelo Manual estabelecido pela Resolução Normativa Nº 219, de 11/04/2006. Por meio da Resolução Normativa nº. 316 de 13/05/2008, a ANEEL aprovou o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico, versão 2008, com os procedimentos para elaboração, apresentação, análise, acompanhamento, fiscalização encerramento dos respectivos Programas Anuais, assim como da base de cálculo dos respectivos recursos e demais disposições. Instituiu também a Resolução nº. 300 de 12/02/2008 que estabelece critérios para aplicação de recursos em Programa de Eficiência Energética.

De acordo com o citado Manual, o período de cálculo da receita operacional líquida da Amazonas Energia, para fins de investimento em pesquisa e desenvolvimento, compreende o período de janeiro a dezembro.

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, a Amazonas Energia contabilizou no resultado deste período os seguintes valores:

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Eficiência Energética-PEE	(5.419)	(4.894)
FNDCT	(2.173)	(2.072)
Pesquisa & Desenvolvimento- P&D	(2.173)	(1.958)
Ministério de Minas e Energia- MME	(1.086)	(978)
Total	(10.851)	(9.902)

NOTA 30 - ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A Amazonas Energia tem geração própria (1.579,10 MW) e completa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia dos produtores independentes: Breitener Tambaqui S/A (162,5 MW), Breitener Jaraquí S/A (162,5 MW), Companhia Energética Manauara (85,38 MW), Rio Amazonas Energia S/A (85,38 MW) e Geradora de Energia do Amazonas S/A (85,38 MW).

DESCRIÇÃO	2009		2008	
	MWh	R\$	MWh	R\$
El Paso Amazonas Energia Ltda.	-	-	67.259	5.911
El Paso Rio Negro Ltda.	-	-	45.757	4.095
Breitener Tambaqui	408.461	95.072	494.767	112.163
Breitener Jaraquí	491.715	120.020	531.478	108.009
Companhia Energética Manauara	499.103	115.703	509.409	109.780
Rio Amazonas Energia	511.094	134.757	610.669	123.955
Geradora de Energia do Amazonas	500.386	109.913	571.036	111.886
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	3.853	1.252	3.384	676
BK Energia	37.201	7.237	45.474	6.805
Hermasa Navegação S/A	552	162	204	54
Compensação de Valores da Parcela "A"	-	(36.056)	-	(80.589)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	-	(15.891)	-	-
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	-	(78.488)	-	-
Total	2.452.365	453.681	2.879.437	502.745

NOTA 31 – RECUPERAÇÃO DE DESPESAS – DIVERSAS

A rubrica de Recuperação de Despesa teve um aumento substancial no exercício de 2008, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2009	2008
Baixa do ICMS-CCC da extinta CEAM	-	187.930
Baixa do ICMS-CCC da Manaus Energia	-	80.403
Apuração da COFINS da Manaus Energia	-	221.877
Apuração do PIS da Manaus Energia	-	50.093
Estorno do ICMS da extinta CEAM referente à CVA	-	139.207
Lançamentos CVA	90.940	-
Recuperação de Despesa com Consumo Próprio de Energia Elétrica	21.163	14.889
Recuperação de Despesa - CCC - ISOL - Lei 12.111/09	20.156	-
Outras Recuperações	-	49.255
Total	132.259	743.654

As causas principais para este aumento estão descritas a seguir:

- O estorno de ICMS pago pela CCC, tanto da extinta CEAM quanto da Manaus Energia S.A, tendo em vista que os valores encontravam-se registrados no Passivo Exigível (ICMS pago pela CCC), conforme orientação do Ofício Circular nº. 2.306/2004 – SFF/ANEEL, que estabeleceu os procedimentos para encerramento do exercício social daquele mesmo ano. Entretanto, no Ofício Circular nº. 2.775/2008, a ANEEL determinou que o valor do reembolso de montante superior ao efetivo custo incorrido com ICMS, deverá ser estornado. Diante disso, houve o estorno de parte do ICMS, tendo como contrapartida a rubrica de recuperação de despesa, em decorrência das saídas isentas de ICMS autorizados pela Lei nº. 2.989 de 26 de outubro de 2005 e Lei nº 3.357 de 30 de dezembro de 2008 do Governo do Estado do Amazonas.
- Constituição dos créditos fiscais (PIS e COFINS), conforme orientação do Ofício Circular nº. 2.775/2008 – SFF/ANEEL, item nº. 22, que determina o registro dos créditos extemporâneos de PIS/PASEP e COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT nº. 27/2008, deverão ser compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições. Portanto, a Manaus Energia efetuou a contabilização dos referidos créditos em contrapartida da rubrica de Recuperação de Despesa.
- O saldo de R\$ 90.940 refere-se aos lançamentos da CVA , registrados de acordo com os procedimentos determinados nos Manuais de Orientação para Validação da Conta de Compensação de Variação de Valores de Item da Parcela “A”, emitida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

NOTA 32 – ALUGUÉIS

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Custo da Operação		
Aluguel de equipamentos de informática	(76)	(77)
Aluguel de Imóveis	(289)	(221)
Aluguel de Equipamentos e Veículos	(1.265)	(1.149)
Aluguel de Grupos Geradores	(131.839)	(42.289)
Aluguel de Outros Bens	(3)	(24)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	2.175	-
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	10.020	-
Total	(121.277)	(43.760)

A Amazonas Energia, objetivando manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da ANEEL, mantém contrato com as empresas Oliveira Energia e Serviços Ltda e Powertech Comercial Ltda alocando 93 grupos geradores operantes em 51 localidades de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral. Em junho de 2009, também foi firmado contrato com a empresa Aggreko Brasil Energia Ltda, objetivando o aluguel de grupos geradores de energia elétrica na potência contratada de 40,00 MW, instalados na Usina Termelétrica de Flores – UTE Flores, pelo prazo de 270 (duzentos e setenta) dias calendário, contados a partir do dia 03 de junho de 2009, data da assinatura do contrato.

NOTA 33 – OUTROS CUSTOS

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Diárias - Viagens a Serviço	(1.918)	(1.176)
Danos Elétricos - Consumidores	(168)	(190)
Tributos	(6.723)	(1.884)
Convênio Manaus Energia / IBAMA - Decreto 99.277/90	(1.536)	-
Convênio Waimiri - Atroari (FUNAI)	(4.815)	-
Outras	(1.016)	(1.042)
Total	(16.176)	(4.292)

NOTA 34 – DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas com vendas

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Pessoal	(26.634)	(25.538)
Material	(374)	(291)
Serviços de terceiros	(15.153)	(11.489)
Provisões	(67.357)	(72.030)
Outras *	(3.532)	31.863
Total	(113.050)	(77.485)

* A variação substancial na rubrica de Outras ocorreu em função da reversão dos lançamentos da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" – CVA, em outubro de 2008.

b) Despesas gerais e administrativas

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Pessoal	(70.275)	(55.257)
Material	(5.471)	(3.402)
Serviços de terceiros	(73.964)	(65.576)
Depreciação e amortização	(12.481)	(13.995)
Outras	(25.743)	(38.681)
Total	(187.934)	(176.911)

c) Outras receitas (despesas) operacionais

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Taxa de Fiscalização	(2.942)	(1.897)
Reversão da Provisão	49.711	30.780
Provisões Operacionais	(21.826)	(21.041)
Provisões para Perda de Estoque	(5.600)	-
Compensação Financeira pela utilização de Rec. Hídricos	(7.143)	(5.799)
Doações, Contribuições e Subvenções	-	(6.240)
Outros	(6.128)	(6.754)
Total	6.072	(10.951)

NOTA 35 – DESPESAS FINANCEIRAS

Houve transferência para o ativo imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO						
	PRODUÇÃO		DISTRIBUIÇÃO		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Encargos financeiros totais	(152.298)	(91.284)	(8.798)	(12.643)	(161.096)	(103.927)
(-) Transferência para imobilizado em curso	15	335	1.863	3.517	1.878	3.852
Encargos financeiros líquido	(152.283)	(90.949)	(6.935)	(9.126)	(159.218)	(100.075)
Varição monetária passiva	(7)	(41.598)	-	-	(7)	(41.598)

NOTA 36 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

DESCRIÇÃO		
	2009	2008 (Reclassificado)
Outras Receitas Financeiras		
Multa s/ Fornec. e Suprimento de Energia	12.645	12.849
Juros e Multas	13.547	4.448
Rendas s/ Aplicações Financeiras	3.436	4.829
Tributos e Contribuições s/ a Receita	(1.238)	(1.063)
Diversas Receitas Financeiras	8.306	9.081
	36.696	30.144
Outras Despesas Financeiras		
Juros e Multas	(13.810)	(14.110)
IOF	(657)	(566)
Recuperação de Despesas*	21.620	-
Ajuste a Valor Presente	(1.801)	-
Diversas Despesas Financeiras **	(18.222)	(56)
	(12.870)	(14.732)
Total	23.826	15.412

*Valor da Reversão de Despesa financeira de produtores independentes, tendo em vista o índice de atualização apresentar uma variação positiva, no exercício de 2009.

** variação decorrente principalmente da atualização monetária de CVA – Aquisição de Energia Elétrica referente à apuração do Delta negativo da CVA 2009 (Resolução Homologatória da ANEEL nº. 899/09).

NOTA 37 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Outras Receitas		
Ganhos na alienação de bens e direitos	1.474	623
Doações Fome Zero	10	19
Sobra no Inventário de Investimento	345	-
Diversas Receitas	214	347
	2.043	989
Outras Despesas		
Diversas Despesas	(1.030)	(927)
Provisão para Desvalorização do Imobilizado	-	(28.269)
	(1.030)	(29.196)
Total	1.013	(28.207)

NOTA 38 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresenta-se a seguir a demonstração do resultado, segregada pelas atividades de geração, distribuição/comercialização, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica-MCSPE.

DESCRIÇÃO	GERAÇÃO		DISTRIBUIÇÃO		COMERCIALIZAÇÃO	
	2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL						
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	654.109	743.267
Suprimento de energia elétrica	600.702	435.581	-	-	-	-
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	-	-	218.729	181.001	-	-
Subvenção CCC	576.537	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	73.914	344	6.960	7.499	2.806	2.969
	1.251.153	435.925	225.689	188.500	656.915	746.236
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL						
ICMS	(120.492)	(85.211)	(43.885)	(35.339)	(126.525)	(166.871)
COFINS	-	-	-	-	(151.106)	(3.669)
PIS/PASEP	-	-	-	-	(33.593)	(830)
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	-	-	(33.233)	(30.305)
Quota para conta de consumo combustível - CCC	-	-	-	-	(24.275)	(47.046)
Encargos do Consumidor - P&D e PEE	-	-	-	-	(10.851)	(9.902)
	(120.492)	(85.211)	(43.885)	(35.339)	(379.583)	(258.623)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.130.661	350.714	181.804	153.161	277.332	487.613
CUSTO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-	(453.681)	(502.745)
	-	-	-	-	(453.681)	(502.745)
Custo de operação						
Pessoal	(104.531)	(101.149)	(26.892)	(27.499)	-	-
Material	(21.404)	(14.288)	(4.886)	(4.073)	-	-
Serviços de terceiros	(43.742)	(18.301)	(51.598)	(25.193)	-	-
Combustível p/ produção de energia elétrica	(1.691.501)	(1.495.178)	-	-	-	-
(-) Recuperação de Despesas- Combustível CCC	1.296.362	1.191.968	-	-	-	-
(-) Recuperação de Despesas- Diversas	128.315	740.452	3.944	3.202	-	-
Depreciação e amortização	(59.257)	(53.029)	(42.551)	(38.869)	-	-
Aluguéis	(120.081)	(43.653)	(1.196)	(107)	-	-
Consumo Próprio de Energia Elétrica	(24.373)	(20.676)	(3.347)	(2.060)	-	-
Seguros	(3.520)	(3.186)	(290)	(271)	-	-
Outras	(15.285)	(3.772)	(891)	(520)	-	-
	(659.017)	179.188	(127.707)	(95.390)	-	-
	(659.017)	179.188	(127.707)	(95.390)	(453.681)	(502.745)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	471.644	529.902	54.097	57.771	(176.349)	(15.132)
DESPESA OPERACIONAL						
Despesas com vendas	-	-	-	-	(113.050)	(77.485)
Despesas gerais e administrativas	(104.157)	(110.741)	(54.284)	(39.714)	(29.493)	(26.456)
Outras despesas operacionais	6.072	(30.535)	-	-	-	19.584
	(98.085)	(141.276)	(54.284)	(39.714)	(142.543)	(84.357)
RESULTADO DO SERVIÇO	373.559	388.626	(187)	18.057	(318.892)	(99.489)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Acréscimos moratórios s/ energia vendida	-	-	-	-	25.420	16.814
Variação monetária ativa	7.248	7.371	-	-	-	5.569
Variação monetária passiva	(7)	(41.598)	-	-	-	-
Encargos de dívidas	(152.283)	(90.949)	(6.935)	(9.126)	-	-
Outras	1.516	(65.571)	(4.029)	(1.370)	13.423	16.302
	(143.526)	(190.747)	(10.964)	(10.496)	38.843	38.685
RESULTADO DO OPERACIONAL	230.033	197.879	(11.151)	7.561	(280.049)	(60.804)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	572	(28.289)	441	82	-	-
PREJUÍZO ANT. CONTRIB SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	230.605	169.590	(10.710)	7.643	(280.049)	(60.804)
Provisão para Contribuição Social	-	(5.080)	-	(481)	-	4.130
Provisão para Imposto de Renda	-	(14.110)	-	(1.337)	-	11.472
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	230.605	150.400	(10.710)	5.825	(280.049)	(45.202)
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$	0,1317	0,0859	(0,0061)	0,0033	(0,1600)	(0,0258)

NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Amazonas Energia efetuou, em 31 de dezembro de 2009, uma avaliação de seus instrumentos financeiros, conforme descrição abaixo:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados no Balanço Patrimonial.
- **Consumidores e Concessionárias** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perda e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Empréstimos e Financiamentos** – o principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. Destacamos os contratos de financiamento captados diretamente das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas.

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 e 2008, estão descritos abaixo:

DESCRIÇÃO	ATIVO (PASSIVO)			
	2009		2008	
	CONTÁBIL	MERCADO	CONTÁBIL	MERCADO
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.643	25.643	73.726	73.726
Consumidores e Concessionárias (Líquido de PCLD)	305.209	305.209	263.863	263.863
Empréstimos e Financiamentos	(92.300)	(92.300)	(228.998)	(228.998)

c) Fatores de Risco

- **Risco de Encargo da Dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

- **Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as

contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

- **Risco de Liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área financeira da Companhia.

- **Risco de Não Renovação das Concessões**

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia- MME com subsídios da ANEEL. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo poder concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

- **Risco de Fornecimento de Combustível**

O risco é decorrente da Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para o fornecimento de combustíveis, em função da variação do preço do combustível. Este risco é minimizado em função da garantia do pagamento do combustível por conta da CCC.

- **Instrumentos Financeiros Derivativos especulativos**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

NOTA 40 – SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO				
Seguradora	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Mapfre	Engenharia	30/06/2009 a 04/04/2010	1.029.359	2.023
Mapfre	Engenharia	04/04/2009 a 04/04/2010	367.525	947

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

NOTA 41 – CRÉDITOS FISCAIS

Encontram-se registrados, somente na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, os créditos fiscais, decorrentes do prejuízo fiscal e de outras adições temporárias, sem prazos de prescrição, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	2009	2008
Prejuízos fiscais acumulados	1.892.789	1.906.796
Base de Cálculo negativa da Contribuição Social	1.911.676	1.925.683
Adições Temporárias	279.831	288.500
Total	4.084.296	4.120.979

NOTA 42 – INCORPORAÇÃO DA CEAM PELA MANAUS ENERGIA

Através da Resolução Autorizativa nº. 1.304, de 18 de março de 2008, que anuiu a incorporação da Companhia Energética do Amazonas – CEAM pela Manaus Energia, fica estabelecido a transferência das concessões de geração e distribuição de energia elétrica, assim como a transferência de seus ativos e passivos para o patrimônio da Incorporadora, obedecido ao disposto no MCSPE e as normas de Contabilidade aplicáveis.

Na data de 28 de março de 2008, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CEAM, nos termos do artigo nº. 227 da Lei 6.404/76, conforme já previamente aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 18 de março de 2008.

NOTA 43 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, foi de R\$ 23.000,42 e R\$ 915,67, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2009, correspondeu a R\$ 14.593,86.

NOTA 44 – PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Programa Previdenciário

A Companhia instituiu um programa de benefícios complementares aos do Regime Geral da Previdência Social, cuja administração cabe à PREVINORTE Social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia, conforme exigências da legislação brasileira.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através de um Plano de Benefícios Definidos – PBD instituído com o objetivo de assemelhar a renda da inatividade daqueles que vierem a se aposentar na Companhia, quando somada àquela garantida pela previdência social, aos padrões salariais do período ativo.

Prevalece nesse plano o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM no 371/2000, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente, realizadas pela ASSISTANTS – CIBA nº 68 - seguem os padrões recomendados pela CVM e pelo IBRACON e podem diferir daquelas adotadas pela PREVINORTE – administrador do programa, que seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados. As hipóteses técnicas das avaliações são demonstradas no quadro VII a seguir.

Com base nessa avaliação independente, em 31/12/2009, o valor presente das obrigações da Companhia para com o programa previdenciário era de R\$ 14.633, dos quais R\$ 14.507 já cobertos por ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da PREVINORTE, com uma insuficiência, portanto, de R\$ 126 (quadro II). O plano de custeio e respectivo equacionamento da insuficiência são acompanhados diretamente pelo atuário responsável pela PREVINORTE. A Companhia tem registrado em seu passivo, em 31/12/2009, o valor de R\$ 1.240 mil, usando da prerrogativa de diferimento de ganhos e perdas permitido pela Deliberação CVM nº. 371/2000.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes ao programa previdenciário da Companhia, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM no 371/2000, na data-base de 31/12/2009, conforme a avaliação independente procedida.

QUADRO I - POPULAÇÃO	2009	2008
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	41	41
1.2. Idade Média	51,1	49,8
1.3. Serviço Creditado (total)	26,7	25,6
1.4. Tempo para Aposentadoria	7,3	7,7
1.5 Salário Médio em R\$ mil	6.182	5.583
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	13	14
2.2. Idade Média	53,2	59,5
2.3. Benefício Médio em R\$ mil	1.650	1.563
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	6	5
3.2. Idade Média	51,3	49,6
3.3. Benefício Médio em R\$ mil	740	680
População Total	60	60

QUADRO II - ESTADO DE EQUILÍBRIO DO PLANO	2010 (Projeção)	2009	2008
I - OBRIGAÇÕES CONSOLIDADAS			
No início do exercício	14.633	12.469	10.569
Custo de Serviço	293	239	303
Custo dos Juros	1.452	1.278	1.066
Benefícios Pagos	(373)	(334)	(139)
(Ganhos) e Perdas:	-	981	670
No fim do exercício	16.005	14.633	12.469
II – ATIVOS GARANTIDORES			
No início do exercício	14.507	12.192	8.647
Retorno esperado dos ativos	1.618	1.461	1.233
Contribuições e aportes	543	439	362
Benefícios Pagos	(373)	(334)	(139)
Ganhos e (Perdas)	-	749	2.089
No fim do exercício	16.295	14.507	12.192
III- ESTADO DE COBERTURA			
No fim do Exercício	290	(126)	(277)

QUADRO III – (GANHOS) E PERDAS ACUMULADOS	2009	2008
No início do exercício	1.665	3.374
Nas obrigações do ano	981	670
Nos ativos garantidores	(749)	(2.089)
Amortizações	(54)	(290)
No fim do exercício	1.843	1.665
Limite de diferimento	1.463	1.247
Prazo de diferimento	7,3	7,7
Reconhecimento exercício seguinte	52	54

QUADRO IV – CUSTO PERIÓDICO DO PLANO -	2010 (Projeção)
Custo do Serviço	293
Custo dos Juros	1.452
Retorno esperado nos ativos	(1.618)
Contribuições de Participantes	(330)
Amortizações	54
Total do Custo de Curto Prazo	(149)

QUADRO V - RECONCILIAÇÃO DO PASSIVO Posição em 31/12/2009	Valor Presente das Obrigações Atuariais	(Passivo)/Ativo Líquido Total
Valor no início do exercício	(12.469)	1.388
Custo do Serviço Corrente	(239)	(239)
Custo dos Juros	(1.278)	(1.278)
Rendimento esperado s/ os ativos do plano	-	1.461
Amortizações	-	(54)
Ganhos ou perdas atuariais	(981)	-
Contribuições pagas	-	439
Benefícios pagos pelo plano	334	-
Outros ajustes	-	-
Valor no final do exercício	(14.633)	1.717

QUADRO VI - FLUXO DE PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Exercícios	Valores (R\$)
2010	373
2011	510
2012	619
2013	682
2014	785
2015	879
2016	995
2017	1.103
2018	1.330
2019	1.465
2020	1.520
2021	1.641
2022	1.741
2023	1.884
2024	1.861

QUADRO VI - HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS

	PREVINOORTE	CVM 371
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83	AT 83
Tábua de Entrada em Invalidez	Light F	Light F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49 (2 anos)	AT 83
Tábua / Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Juros Atuarial	6,0%	6,0%
Taxa de Inflação Projetada	N.A	4,5%
Taxa de Retorno de Curto Prazo	N.A	10,77%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,0%	2,0%
Fator de Capacidade de Benefícios	0,97424	0,98
Fator de Capacidade Salarial	0,97424	0,98
Taxa de Incremento de Custos da Saúde	N.A	1.0%

NOTA 45 – TARIFA SOCIAL

Para cumprimento da Lei Federal n.º 10.438/2002 e da Resolução n.º 246/2002 da ANEEL, a Amazonas Energia criou no exercício de 2003 o programa Tarifa Social.

Este programa beneficia consumidores residenciais com baixo poder aquisitivo e que possuam um consumo médio mensal de até 220 kWh e atendidos por um circuito monofásico.

O cadastramento dos consumidores situados na faixa entre 0 e 80 kWh foi feito automaticamente, como determina a legislação. Os consumidores situados na faixa entre 80 e 220 kWh precisam ter a renda familiar inferior a R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa e estar em condições de participar do programa Bolsa-Família, criado pelo Governo Federal.

Os dados referentes à regularização desses consumidores, até dezembro de 2009, podem ser observados no quadro abaixo:

Mês	Nº de Consumidores Regularizados		Nº de Consumidores		Consumo Médio (kWh)	Importe Médio (R\$)
	no mês	até o mês	Total	Baixa Renda		
jan/09	2.241	199.723	574.050	227.327	53,89	9,46
fev/09	1.395	201.118	576.081	227.602	52,36	8,99
mar/09	2.015	203.133	576.970	227.402	53,06	9,18
abr/09	1.366	204.499	578.149	227.139	52,41	9,04
mai/09	1.564	206.063	579.697	228.498	54,07	9,49
jun/09	1.463	207.526	580.370	227.515	53,32	9,29
jul/09	1.603	209.129	581.803	227.671	54,22	9,56
ago/09	1.637	210.766	583.589	227.166	55,26	9,89
set/09	1.464	212.230	585.577	226.439	55,72	9,99
out/09	1.316	213.546	587.231	225.556	56,50	10,19
nov/09	1.220	214.766	588.061	224.589	55,76	9,89
dez/09	1.448	216.214	587.996	224.234	54,83	9,20

NOTA 46 – REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL 2009

Conforme previsto no Contrato de Concessão n.º. 020/2001, no seu Primeiro Termo Aditivo, a Amazonas Energia passará pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos. Desta forma, no ano de 2009, a ANEEL procedeu à realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia para o período de novembro de 2009 a outubro de 2013.

Em 27 de outubro de 2009, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória n.º. 899 que homologou o resultado da 2ª Revisão Tarifária Periódica, fixando um Índice de Reposicionamento Tarifário – IRT econômico de -12,79%. Com os efeitos financeiros o índice ficou em -4,04%. A fixação do novo IRT da Amazonas Energia representou uma redução de 6,09% no valor da tarifa cobrada, a ser percebida pelos seus consumidores.

Seguindo a metodologia de cálculo para a composição dos custos para fins de definição do novo IRT, a Agência Reguladora procedeu à coleta de informações e dados técnicos junto à Companhia. Para validação deste procedimento, foi promovida na cidade de Manaus, a Audiência Pública-AP n.º. 028/2009, em 25 de setembro de 2009, oportunizando à Amazonas Energia e aos seus consumidores apresentarem as suas impressões sobre os principais pontos relativos ao processo de revisão tarifária periódica.

A Parcela B compõe-se da Base de Remuneração Regulatória – BRR e a Empresa de Referência – ER. Merece destaque a composição dos custos operacionais regulatórios estipulados pela ANEEL



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

nos quais, por meio da ER, obtêm-se a cobertura dos custos operacionais da concessionária. A estrutura aprovada da ER para a Amazonas Energia ficou distribuída da seguinte forma, a preços de novembro/2009:

SETORES DA EMPRESA	CUSTOS PESSOAL R\$	CUSTOS MAT. E SERV. R\$	CUSTOS TOTAIS / ANO R\$	% SOBRE TOTAL
ADMINISTRATIVO	45.713	15.266	60.978	34,89%
Estrutura Central	36.508	4.989	41.496	23,74%
Estrutura Regional	9.205	1.297	10.502	6,01%
Sistemas	0,00	8.980	8.980	5,14%
PROCESSOS DE O&M	7.629	6.610	14.239	8,15%
PROCESSOS COMERCIAIS	18.242	10.785	29.028	16,61%
Tarefas Comerciais	5.159	946	6.105	3,49%
Faturamento	4.460	6.644	11.105	6,35%
Perdas Não-Técnicas	5.116	1.071	6.187	3,54%
Teleatendimento	3.507	2.124	5.631	3,22%
CUSTOS ADICIONAIS	19.275	51.273	70.548	40,36%
Administrativo	(701)	29.601	28.900	16,53%
Operação e Manutenção	20.083	21.039	41.122	23,53%
Comercial	(107)	633	526	0,30%
Geração Própria	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00%</u>
Custos Totais por Ano	90.859	83.934	174.793	100,00%

Importa salientar ainda que, até 31/10/2009, a Amazonas Energia praticava duas tarifas, sendo uma para a Capital (área de concessão da antiga Manaus Energia) e outra para o interior do estado (área de concessão da antiga CEAM). Após a revisão tarifária de 2009, houve a unificação das tarifas de distribuição para todo o Estado Amazonas. Sendo assim, o efeito percebido pelos consumidores do interior foi diferente do efeito percebido pelos consumidores da capital, visto que ambos tinham níveis tarifários diferentes, antes da Revisão. A seguir temos o quadro que demonstra o efeito percebido pelos consumidores do interior e da capital.

Área de concessão	Classe de Consumo	Índices
Capital (Manaus)	Baixa Tensão (abaixo de 2,3 kV) Por ex: residências	- 1,51% (Negativo)
	Alta Tensão (de 2,3 a 230 kV) Por ex: comércio /indústria	Em média - 9,06% (Negativo)
	Baixa Tensão (abaixo de 2,3 kV) Por ex: residências	-6,76% (Negativo) Em média
Interior	Alta Tensão (de 2,3 a 230 kV) Por ex: comércio/indústria	-3,61% (Negativo)

A Base de Remuneração Regulatória – BRR, foi homologada em caráter provisório pela ANEEL.



NOTA 47 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra de energia elétrica e operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do setor elétrico.

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	2009			2008		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Empréstimos e financiamentos	-	363.334	(159.218)	-	729.357	(51.974)
Eletronorte	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	537.910	(48.018)
Eletronorte	Cessão de funcionários	223	-	-	455	-	-
Eletrobras	Cessão de funcionários	-	-	-	58	-	-
Eletroacre	Energia comprada	-	-	-	-	-	(676)
Total		223	363.334	(159.218)	513	1.267.267	(100.668)

b) Remuneração do Pessoal – Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos. O gasto total com a remuneração no exercício de 2009 está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO		
	2009	2008
Honorários de Diretoria	5	221
Honorários de Conselho	183	164
Salários e Encargos Sociais	66	142
Participação nos Lucros	18	71
Gratificação de Férias	-	58
Outros Benefícios	15	98
Total	287	754

NOTA 48 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. A insuficiência de capital de giro é suportada pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

NOTA 49 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento do Capital Social

Objetivando o equilíbrio da estrutura de capital da Companhia, será proposto em Assembleia Geral ordinária, a ser realizada no exercício de 2010, o aumento do Capital Social da Amazonas Energia de R\$ 2.381.558 para R\$ 4.330.917, com emissão de novas ações, mediante o saldo de R\$ 1.361.297 de Empréstimos e Financiamentos convertidos em Recursos para Aumento de Capital em dezembro de 2009, e R\$ 588.062 proveniente de liberações em dinheiro por parte da Controladora ELETROBRAS.

b) Sistema Interligado Nacional - SIN

A interligação da região ao Sistema Interligado Nacional – SIN mediante construção da Linha de Transmissão Tucuruí-Manaus de 500 kV, prevista para ser concluída em 2012. Obra do governo federal orçada em R\$ 3,34 bilhões, beneficiará, diretamente ou por desvios vicinais, as cidades de Uruará, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Maués, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nova Olinda do Norte, Itacoatiara, até a subestação de Cariri na região de Manaus.

c) Operação do Gasoduto

O gasoduto Urucu-Coari-Manaus com extensão de 661 km desde o campo de extração no Rio Urucu, com instalações de ramais para fornecimento de gás natural para substituir o consumo de óleo nas termelétricas dos municípios de Coari, Codajás, Anori, Anamã, Caapiranga, Manacapuru, Iranduba e para as UTEs de Aparecida e Mauá em Manaus, além dos Produtores Independentes de Energia-PIE. A conclusão das operações está prevista para o segundo semestre de 2010.

d) Transformação das Unidades Geradoras - Bicombustíveis

Objetivando dar continuidade à mudança da matriz energética do Amazonas para gás natural e honrar o compromisso do contrato de compra e venda de gás entre a CIGÁS e a Companhia, iniciou-se o processo de transformação das unidades geradoras LM 6000 e MS7001B para bicombustível, com previsão para operação assistida em junho de 2010. Foi celebrado o Contrato de Câmbio no valor de € 6,4 milhões, correspondente a R\$ 16 milhões, para aquisição de 21 grupos geradores a gás natural para as usinas de Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás. Estes grupos substituirão as usinas a diesel, nos municípios transpassados pelo gasoduto.



Eletrobras
Amazonas Energia
CNPJ: 02.341.467/0001-20

Manaus – AM, 31 de dezembro de 2009.

FLÁVIO DECAT DE MOURA
Diretor Presidente

PEDRO CARLOS HOSKEN VIEIRA
Diretor Financeiro

LUIS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor de Gestão

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Comercial

JOSÉ LUIS FRANÇA DOS SANTOS
Diretoria de Operação

LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE
Diretor de Planejamento e Expansão

NELSON FONSECA LEITE
Diretor de Assuntos Regulatórios e
Projetos Especiais

MARIA SUELY DA SILVA OLIVEIRA
Contadora – CRC – AM 009492/O-2